

Rede de acolhimento

Infantojuvenil no Bairro Santa Mônica [Parte I]

Thais Monteiro Borges

Orientação: Eduardo Westphal





Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Arquitetura e Urbanismo
Trabalho de Conclusão de Curso | 2019

“A arquitetura pode dar o tom, reforçar uma ideia e permitir que ela floresça, mas é necessário que haja uma visão e um programa robustos que liderem o caminho”

GOODMAN,
CONFUNDADOR EVA'S PHOENIX

AGRADECIMENTOS

Dedico a minha família o desenvolvimento deste trabalho de conclusão de curso, em especial a minha mãe Maria Cristina de Oliveira Monteiro, por todo apoio incondicional, paciência e compreensão durante o percurso da graduação, sempre ao meu lado nos momentos mais difíceis.

Agradeço ao meu orientador, Eduardo Westphal pela dedicação e disposição em sanar minhas dúvidas e a empatia que recebeu minhas ideias, estimulando e dando o tempo de reflexão necessária para construção do presente projeto de graduação.

Por fim, agradeço aos professores, amigos e a todos que de alguma forma me incentivou ao longo dos últimos anos, e também os técnicos da área de Assistência Social do Estado de Santa Catarina e da instituição Casa Lar Emaús, pelo atendimento acolhedor que me receberam e por compartilharem seu conhecimento sobre a luta da defesa da crianças e adolescentes, que muito colaboraram para que este projeto tomasse corpo.



Introdução	
1.1 Resumo	09
1.2 Justificativa da temática	10
1.3 Localização geográfica	11
1.4 Objetivos gerais e específicos	12
Origens: contexto brasileiro	
2.1 Cenário político e histórico da criança e do adolescente	14
2.2 Panorama histórico da criança e adolescente no Brasil.....	16
2.3 Linha do tempo: história institucionalização infantojuvenil	23
2.4 Implementação do Estatuto da Criança e do adolescente	26
2.5 Redefinição de acolhimento institucional	27
2.6 Modalidades de acolhimento	28
2.7 Regulamentação técnica serviços de acolhimento	29
Implantação	
3.1 Mapas de localização.....	32
3.2 Raio de abrangência.....	35
3.3 Mapas urbanísticos	40
3.4 Objetos de intervenção	49
3.5 Escolha do terreno	51
3.6 Histórico Casa lar Emaús	53
3.7 Infraestrutura Casa lar Emaús	54
3.8 Setorização espacial	55
3.9 Justificativa programa república	58
3.10 Proposta república	60
3.11 Índices urbanísticos	61
3.12 Caso de estudos: exemplos centros de acolhimento	64
Polos de cidadania	
4.1 Conceito rede de apoio ao acolhimento	72
Considerações Finais	
5.1 Reflexões.....	80
5.2 Referências e listagens	81



Introdução

Motivação da temática, aplicação de abrigo como medida protetiva, influência da infância e adolescência no desenvolvimento futuro do indivíduo, definição de objetivos gerais e específicos.

1

1.1 Resumo

A temática abordada neste trabalho de conclusão de curso tem como enfoque a criança e adolescente, condição intrínseca à evolução do ser humano, porta de entrada do desenvolvimento individual e comunitário, tempo de descobertas físicas, cognitivas, emocionais e início do processo de sociabilização. Uma fase de construção e por consequência fragilidade, desta maneira exigem constantes cuidados. Ainda assim, a infância e adolescência nem sempre foram encaradas sob essa perspectiva de particularidades, diferente da idade adulta, com direitos inderrogáveis. A percepção histórica que havia deste grupo de pessoas, estão relacionadas a "homens em miniatura", ou seja, capazes de realizar as mais diversas funções, frequentemente explorados com trabalhos hostis e vítimas dos mais diversos abusos, naturalizados e aceitos pela maioria da sociedade brasileira entre os séculos XVI ao XIX.

Apesar dos avanços inquestionáveis e implantação de leis regulamentadoras de direitos humanos da criança e adolescente, o público alvo ainda está sujeito a violência e exploração infantil. Uma das principais medidas protetivas, estabelecida pelo (ECA) - Estatuto da Criança e do Adolescente, para combater casos de direitos ameaçados ou violados, refere-se à possibilidade da aplicação de abrigo (artigo. 101, parágrafo único). A medida de proteção em abrigo é considerada um caso especial, e deve ser aplicado de modo excepcional e transitório, pois acarreta ruptura de vínculos familiares e comunitários. Porém, em casos extremos representam uma ação cautelar importante na garantia da preservação dos direitos das crianças e adolescentes, sendo um dispositivo de distanciamento de situações de risco, que prejudique ou ameacem a integridade física e emocional de indivíduos em processo de formação.

O presente projeto de graduação se dispõe a compreender a realidade atual do acolhimento infantojuvenil, elaborando através de um caso específico, uma rede de apoio a crianças e adolescentes, em todas as etapas: ingresso à entidade institucional, permanência e desligamento. Apesar da arquitetura não ser o único elemento que envolve este complexo cenário gerado pelo distanciamento do núcleo familiar, é fundamental fomentar o sentimento de pertencimento na moradia temporária, que pode ser atingido concomitantemente com organização físico-espacial, abrangendo duas escalas fundamentais da vida: a esfera pública, através da articulação com a comunidade local; e a esfera privada, na defesa da individualidade de cada criança ou adolescente acolhido.

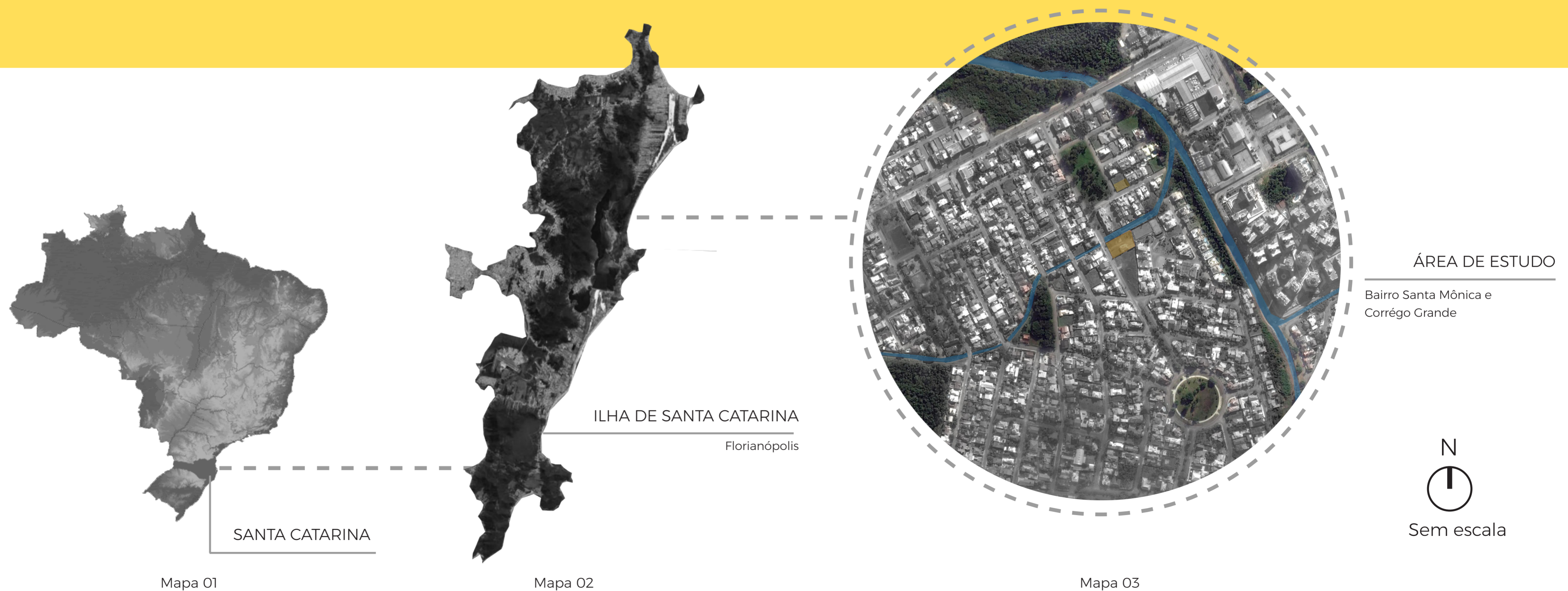
1.2 Justificativa de temática

A motivação para escolha do tema é explicada pelo interesse e fascinação particular pela infância e adolescência, estágio da vida fundamental para autoconhecimento. Além disso, é um momento universal todos passam por ela antes de ser tornar um adulto, sendo assim toda a bagagem apreendida nestas fases: emocional, afetiva, educacional repercute de algum modo na vida do indivíduo. Muitas vezes, através de lembranças nostálgicas, de momentos especiais, que nos remetem a outrora e evidenciam a saudade de um tempo diferente da realidade atual. Ou então, que nos transportam a lembranças tumultuosas, pois nem todos guardam consigo momentos felizes deste período, marcado muitas vezes por incertezas e traumas pessoais, impedem a vontade de recordar, prontamente substituído pelo verbo esquecer.

Neste entendimento de que a qualidade do desenvolvimento nos primeiros anos de vida influenciam o andamento futuro, que são constituídos a partir das relações com o meio social em que vivemos, surge a intenção de projeto de graduação, na reflexão de criar condições favoráveis para o desenvolvimento das crianças e adolescentes em situações de acolhimento institucional, anseia-se minimizar sentimentos negativos naturais deste percurso, marcado por violação de direitos humanos, rompimento familiar e inserção em ambiente desconhecido e explorar configurações espaciais que possibilitem a aprendizagem e amadurecimento visando desenvolver ambiências acolhedoras, educativas e lúdicas destinadas a crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e/ou social, assim despertar-lhes sensação de bem estar, segurança e pertencimento, mesmo dentro do recinto institucional de média permanência.

1.3 Localização Geográfica

O projeto situa-se em Florianópolis, capital do estado brasileiro de Santa Catarina, na região Sul do país. O município apresenta população de 421.240 habitantes (IBGE/2010). Apesar do crescimento considerável nas últimas décadas, sua população é reduzida se comparada a outras capitais brasileiras, justificado pela presença abundante de áreas naturais em mais da metade do seu território. A cidade banhada pelo oceano atlântico, possui extensão territorial de 675,410 km², distribuídos entre a porção continental e insular, resultando em uma densidade demográfica de 623,68 hab/km² (IBGE/2010). A ilha de Santa Catarina sede administrativa, concentra a maior área territorial cerca de 97%, paralelamente posicionado situa-se a porção do continente separados por um estreito canal, que compõem as baías norte e sul do município. A área de intervenção, está localizada na porção insular na região central, conforme ilustrações dos mapas a seguir.



1.4 Objetivos Gerais e específicos

- Gerais

Buscou-se através de estudos bibliográficos, análise de caso, entrevistas e conversas informais compreender a realidade que envolve o processo de institucionalização infanto juvenil. A partir dessas leituras, instigar uma resposta física espacial na projeção de espacialidades adequadas ao programa de abrigo de crianças e adolescentes, de maneira a garantir que os direitos individuais e coletivos pertinentes a esse público sejam promovidos.

- Específicos

- a) atender necessidades básicas, cotidianas, que dê meios para o funcionamento apropriado de uma casa lar;
- b) identificar demandas particulares, garantir o desenvolvimento individual;
- c) minimizar o ambiência institucional, assemelhar a residência familiar;
- d) estimular convivência familiar e comunitária;
- e) preparação para o processo de desligamento institucional;

2

Origens

Linha do tempo com relatos de como a infância e adolescência foram encaradas ao longo da história e também o processo de institucionalização desse público no Brasil, que alcança seu ápice através do reconhecimento da condição peculiar de desenvolvimento da criança e ou/ adolescente e sua necessidade de proteção prioritária a partir da implantação de diretrizes e regulamentações legais, que conferem ao público a categoria de cidadãos detentores de direitos.

2.1 Cenário político e histórico da criança e do adolescente

“[...] Entre todas as criaturas selvagens, a criança é a mais intratável; pelo próprio fato dessa fonte de razão que nela existe ainda ser indisciplinada, a criança é uma criatura traiçoeira, astuciosa e sumamente insolente, diante do que tem que ser atada, por assim dizer, por múltiplas rédeas [...]” (PLATÃO, 2010) A citação de Platão expressa o ideário predominante a respeito da infância e adolescência presentes na antiguidade, idade média e parte da idade moderna. No qual não havia um tratamento específico que reconhecesse à consciência infantil. Quando as crianças atingissem o amadurecimento físico já eram inseridas na sociedade dos adultos e todas as obrigações pertinentes a esta posição, participavam de jogos, afazeres domésticos e começavam a exercer algum ofício. Suas vestimentas eram incômodas e semelhantes à do adulto, impedindo à liberdade de movimento, podendo-lhe de tudo aquilo que são atribuídos hoje ao universo lúdico infantil.

Outra questão que esclarece a indiferença das antigas civilizações em relação à infância, está associado ao alto índice de mortalidade infantil da época, sobretudo nos primeiros anos de vida, as pessoas não podiam se apegar a algo que era considerado uma perda eventual. “[...] Os bebês abaixo de 2 anos, em particular, sofriam de descaso assustador, com os pais considerando pouco aconselhável investir muito tempo ou esforço em um “pobre animal suspirante”, que tinha tantas probabilidades de morrer com pouca idade.” (HEYWOOD, 2004). A aceitabilidade passível em relação a esse fato, era resultado das precárias condições de saneamento básico e da falta de higiene predominante nesse cenário portanto, “a infância era apenas uma fase sem importância, que não fazia sentido fixar na lembrança” (ARIÈS, 1973).

Mesmo no âmbito das artes a infância foi ignorada. Revelando o seu real significado na sociedade tradicional. “Até por volta do século XII, a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la. É difícil crer que essa ausência se devesse à incompetência ou à falta de habilidade. É mais provável que não houvesse lugar para a infância nesse mundo. (ARIÈS, 1973)”. A “descoberta” da infância ocorreu no final do XVII, quando então se reconheceria que as crianças precisavam de tratamento especial, “uma espécie de quarentena, antes que pudessem integrar o mundo dos adultos”(HEYWOOD, 2004). Através da ascensão da escola como meio de aprendizagem e educação, a criança deixou de conviver com os adultos, e uma mudança considerável na forma de compreendê-las começou a surgir, vislumbrado como um grupo humano que não se caracteriza pela imperfeição, incompletude ou miniaturização do adulto, mas por uma fase própria do desenvolvimento humano.

Agora, se tão pequena era compreensão da infância, o que era pensando em relação a adolescência? comumente descrita como fase confusa e de rebeldia até mesmo nos dias atuais. Nas palavras de (Calil,2003) “O conceito da adolescência surgiu pela primeira vez no século XIX, apresentado por Rousseau, em sua obra Emílio, ou da Educação”, como estágio específico de desenvolvimento, embora ainda não como compreendido hoje, mas como o início do despir-se de velhos conceitos, ao considerar que cada estado da vida tem sua perfeição conveniente, o tipo de maturidade que lhe é própria.

A partir do século XX, no desenvolvimento da teoria psicanalítica, que se começou a dar atenção especial ao tema. Freud (1905), ao estudar as fases do desenvolvimento psicosexual, tratou do período equivalente ao que se conhece hoje, período de puberdade entre 12 a 18 anos de idade; entendendo-o como a saída de uma fase de latência, que se estenderia dos 6 aos 11 anos de idade. O período de latência era considerado uma fase em que a criança fica irritada, agressiva, utilizando sua energia psíquica para fortalecimento do seu ego, configurando-se, assim, um período de desordem. Na fase seguinte, genital, equivalente a adolescência, ocorreria a retomada dos impulsos sexuais, e o indivíduo buscava fora do seu núcleo familiar um objeto de amor. Consistiria também em um período de mudanças, no qual se procuraria a substituição da identidade infantil pela adulta.

Como pudemos perceber, a maneira como a infância é vista no decorrer dos anos é muito divergente, relaciona-se às constantes transformações políticas, sociais e culturais, que estavam vigentes em cada período histórico. Sendo de extrema importância nos darmos conta destas transformações para compreendermos a dimensão que a infância e adolescência ocupa atualmente, um contexto único, sobretudo no que diz respeito aos direitos legais, no Brasil ocorreram avanços extraordinários na defesa do público a partir da implementação do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), porém há ainda uma lacuna se consideramos não apenas a promulgação das leis, mas a sua efetivação prática.

2.2 Panorama histórico da criança e adolescente no Brasil através dos séculos

SÉCULO XVI: (1501-1600) OCUPAÇÃO EUROPÉIA SOBRE AS TERRAS DA AMÉRICA

Nas viagens entre a Europa e a América cerca de 20% da tripulação eram compostos por meninos, oriundos de famílias miseráveis de Portugal e eventualmente crianças de famílias judias, utilizavam o uso de mão de obra infantil pois a viagem era arriscada e a chance de morrer uma possibilidade concreta. A essas crianças, estavam destinados o trabalho mais pesado e recebiam a metade da remuneração de um adulto. Além da exploração trabalhista, eram vítimas de exploração sexual, sendo a prostituição uma forma de se obter proteção apesar da sodomia ser um crime punível na época.

Em solo, zelavam pela conduta moral, condenado o concubinato entre portugueses e índios, promoviam casamentos com as chamadas “órfãs del rey” meninas abandonadas, “importadas” para satisfazer o apetite sexual dos colonos e conter a mestiçagem. Eram intensamente vigiadas durante a travessia ao oceano, deveriam se manter virgens até o casamento.

A relação entre os colonos e a população nativa variava de lugar para lugar. Havia a prática da captura de índios nas expedições dos bandeiras, que adentravam ao interior em busca de selvagens e submetê-los à escravidão. Já os jesuítas recorriam ao estratagema de catequese a fim de convencer as crianças a morarem nas escolas, onde acabavam por desenvolver atividades agrícolas juntamente com a educação formal.



Figura 01

SÉCULO XVII: (1601-1700) CONVERTER OS NATIVOS AO CRISTIANISMO



Figura 02

Em 1548 junto com o governador geral, Tomé de Souza, desembarcaram os primeiros jesuítas. O principal alvo da ação missionária dos jesuítas eram crianças indígenas consideradas puras e mais receptivas ao evangelho. Uma das estratégias utilizadas para atraí-los era a promoção de procissões floresta adentro, tendo outras crianças vestidas de anjinhos. Era comum os índios entregarem suas crianças aos religiosos, num ato que simbolizava, por assim dizer, confiança recíproca.

Optou-se por catequizar as crianças porque eram mais dóceis que os adultos. Além disso, os pequenos acabavam sendo veículo de disseminação dos valores colonizadores, pois repreendiam seus pais, contribuindo para extinção de hábitos condenáveis pela igreja: antropofágia, poligamia, pajelança e nudez.

O ensino ministrados pelos jesuítas visavam o controle das consciências, a docilização dos negros da terra para fazê-los bons cristãos. Sendo que os desvios de comportamento ou não aprendizagem eram exemplarmente punidos, em público, sendo muito difícil sua aplicação ser realizada por religiosos, que terceirizam o trabalho para os colonos.

SÉCULO XVIII:(1701-1800) PRÁTICA DO ABANDONO NA ANTIGA COLÔNIA



Figura 03

A atenção aos problemas sociais no Brasil, iniciada no período colonial, era fundamentalmente de ordem caritativa. Essa atitude de piedade e compaixão era considerada condição primordial para a garantia da salvação da alma. A caridade desenvolveu, no que diz respeito à assistência à infância, a Roda dos Expostos ou enjeitados. O intuito da Roda seria a preservação da identidade do expositor e da vida do abandonado já que, com a inexistência dessa instituição de caridade, a sociedade estava sujeita a muitos episódios de infanticídios e abortos.

As primeiras iniciativas de atendimento à criança abandonada no Brasil se deram, seguindo a tradição portuguesa, instalando-se a roda dos expostos nas Santas Casas de Misericórdia, na Bahia em 1726 e no Rio de Janeiro, em 1738. Outras rodas menores foram surgindo em outras cidades após este período. Em Santa Catarina, a Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos, vinculado ao Hospital de Caridade se comprometeu a desenvolver assistência para crianças no ano de 1828.

A roda era um artefato cilíndrico giratório, de madeira, espécie de barril fixado ao muro de ordens religiosas, conhecidas como Santa Casa da Misericórdia, no qual era depositada a criança, sendo que ao girar o artefato a criança era conduzida para dentro das dependências do mesmo. Um sino externo era soado, anunciava o abandono e a criança era então resgatada.

O Fenômeno dos expostos assumiu contornos demográficos demasiado preocupantes, consumando, o completo descrédito do sistema. A partir do século XIX, os mecanismos de ordem caritativa e a própria Roda dos Expostos passaram a sofrer severas críticas, alimentadas pela nova perspectiva científica e social que se consolidava. A última roda em funcionamento, em São Paulo, foi desativada em 1950.

SÉCULO XIX:(1801-1900) A INFÂNCIA E A ESCRAVIDÃO

O movimento abolicionista, emergente a partir da década de 1850, foi um grande protagonista político. De acordo com a lei do ventre livre, toda criança nascida de mãe escrava, a partir de 28 de setembro de 1871 nasceria livre. Contudo, a própria lei impunha limites.

A criança filha de escrava dita ingênua (pois não conheceria as mazelas da escravidão), ficava sob tutela do proprietário de sua mãe. Sendo livre, não poderia exercer nenhum tipo de atividade até os oito anos de idade. A partir daí, se o proprietário assim o quisesse, poderia manter a criança junto com a mãe até os 21 anos, tendo a prestação de serviços como contrapartida da alimentação e abrigo.

Na prática, menos de um por cento das crianças foi entregue, o que pode ser compreendido como a permanência da condição de escravo. Se a abolição era inevitável, que o fosse num ritmo letárgico e sem grandes rupturas.

É interessante notar que no mesmo momento em que se discute a condição da criança nascida de mãe escrava, se discutia também a infância. O discurso sobre a infância atribuía a cada criança o seu devido lugar: para as pobres, desvalidas, expostas ou ingênuas caberiam as colônias orfanológicas, asilos e companhias de aprendizes marinheiros para evitar que se tornassem vadias. Para as herdeiras da República, os Jardins de Infância e um futuro fulgurante e feliz.



Figura 04

SÉCULO XX:(1901-2000) CONDIÇÃO DO MENOR IRREGULAR

O período da República Velha, no Brasil (1889-1930), tinha características de omissão e repressão, ações mínimas foram vistos em relação proteção à criança e ao adolescente, pois não se admitia a intervenção do Estado na questão social, portanto, poucos projetos foram executados, prosseguindo a articulação entre o público e o privado, baseadas em posturas assistencialistas.

No início da década de 30, período de grande expansão industrial e urbanização no Brasil, a atuação de forma mais expressiva de entidades governamentais obteve seu auge a partir do decreto do código de menores em 1927, que estabelece: a flexibilização da criança no trabalho; a visão da infância como incapaz e perversa; o poder absoluto do juiz sobre a família e a criança; o abrigamento e internamento como forma corretiva.

Um exemplo de solução encontrada pelo governo, para a situação do menor no país, foi a criação da Cidade dos Menores, inaugurada em 1942, por Getúlio Vargas. Essa Cidade tinha sua estrutura pautada na lógica higienista, pois foi construída em uma região totalmente afastada do centro urbano de Aracaju, com o intuito, justamente, de afastar do centro as doenças e os males que poderiam atingir a população elitizada, se esses “menores” continuassem no centro da cidade e aos olhos da sociedade. (BISPO, 2007).

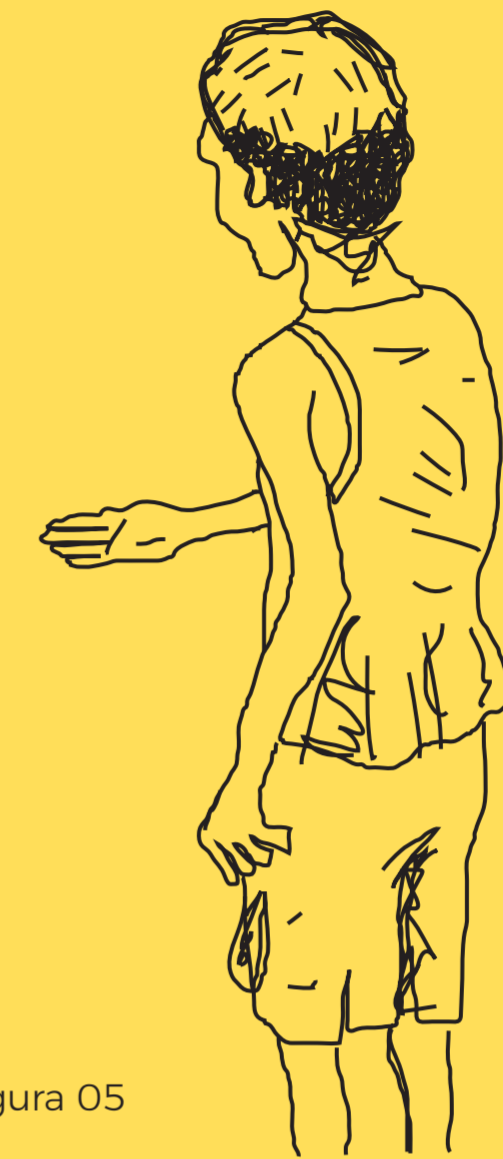


Figura 05

SÉCULO XXI:(2001-2100) AS INCERTEZAS DO FUTURO



Figura 06

No final do século XX consolida-se uma matriz ideológica conhecida como “doutrina da proteção integral”, passa a compreender uma nova concepção da criança e do adolescente transforma a ideia da criança e adolescente como “objeto de tutela” para a condição de “sujeitos de direito”, que culmina em 1988 junto à redemocratização do Estado brasileiro na incorporação da defesa do público alvo na constituição federal e implantação da Lei nº 8.069, de 1990, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), principal política pública que tange este campo.

Os primeiros quinze anos do século XXI foram marcados pela tensão entre o avanço no reconhecimento de direitos e liberdades democráticas e a persistência de uma ossatura colonial, escravocrata e elitista. Assim temos, de um lado, uma legislação que reconhece direitos e um conjunto de políticas públicas que buscam sua efetivação e, de outro lado, inúmeras resistências.

O Brasil contemporâneo é, em suma, um país de grandes contrastes. O tratamento da infância pode ser tomado como um forte indicador desses contrastes. Não sendo possível saber o que o futuro reserva, é necessário perceber os imensos desafios presentes. O agravamento da crise econômica tem conduzido o país a um crescente corte nos investimentos em políticas sociais de inclusão. Essa pode ser uma rota de retrocesso, reconduzindo e aprofundando as desigualdades, o que tende a ampliar as tensões sociais e a violência.

2.3 Linha do tempo

História da institucionalização infantojuvenil

Roda dos Expostos
Salvador
1726

Questionamento da Roda dos Expostos e intervenção estatal final séc XIX

Juízo de Menores
1923

Serviço de Assistência aos Menores (SAM)
1941

Revisão do Código de Menores
1979

Convenção sobre os Direitos das Crianças
1989

Consolidação de ações filantrópicas e decadência modelo caritativo religioso final séc XIX

Serviço de Assistência e Proteção à Infância Abandonada e delinquente Década 20

Fim da Roda dos Expostos. Implementação Código dos Menores 1927

Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (Funabem) 1964

A Constituição Cidadã (Art. 227) 1988

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) 1990

As raízes históricas da institucionalização remontam ao período colonial, a chamada roda dos expostos, surgidas em Salvador em (1726), são as primeiras instituições criadas de amparo à criança. No final do século XIX o modelo caritativo, religioso perde força e entra em declínio devido a numerosa taxa de mortalidade, que provocam o questionamento do sistema como política de assistência, sendo formalmente abolida em 1927, mesmo ano da criação do primeiro código de menores.

A criança abandonada passa a ser objeto de intervenção do estado somente na virada dos séculos, tida como futuro da nação. Contudo as ações se direcionam a uma missão moralizadora e saneadora, pretendiam assim construir um país livre da ignorância e atraso. Na década de 20 foi um período abundante em leis e artigos que regulamentavam a vida das crianças, com enfoque aos pobres e suas famílias, observa-se papel paradoxal: protegê-las, ao mesmo tempo proteger a sociedade das consequências do seu abandono. No período foram criadas “serviço de assistência e proteção à infância abandonada e delinquente” com atuação restrita no distrito federal e foi criada também o primeiro juízo de menores em (1923), com atendimento baseado na internação em instituições oficiais ou conveniadas.

Em (1941) o governo brasileiro cria, o serviço de assistência aos Menores (SAM) em escala nacional, órgão público mantém o modelo utilizado pelos juízes de menores, mediante o encaminhamento às instituições oficiais. Em 1964, em substituição ao SAM, popularmente conhecido como famigerado e escola do crime, foi criada a (FUNABEM) Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, ramificada nos estados através da FEBEM. Novamente, reforça a prática de internação.

Depois de várias décadas de debates, uma nova revisão do código de menores ocorre em (1979) em substituição da versão de 27. O novo código consagra a noção do “menor em situação irregular”, em suma não há mudanças e a visão da criança marginalizada como patologia social permanece. A partir do início da década de 80, com o processo de redemocratização, começa a ocorrer questionamento sobre a eficácia, sobretudo sobre os danos de desenvolvimento das crianças e adolescentes internados e elevados custos para a manutenção dos internatos. A constituição cidadã de 1988, representa grande avanço no marco legal no país, com implicações diretas na concepção do público como sujeitos de direitos, no cenário internacional é adotado na assembleia das nações unidas a convenção sobre os direitos das crianças em 1989, fatores que culmina na promulgação do estatuto da criança do adolescente em (1990) principal política pública que tange esse campo.

2.4 Implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente

Com a Constituição Federal de 1988, o Brasil adotou a Declaração Universal dos Direitos da Criança, que aboliu o Código de Menores de 1979 e em seu lugar, em 1990, trouxe o Estatuto da Criança e do Adolescente (ARANTES, 2009).

“Esses marcos legais são de extrema importância uma vez que a história da infância no Brasil é marcada pela desigualdade, exclusão e dominação. Tais marcas atravessam a Colônia, Império e República (FALEIROS, 1995).”

A garantia e a proteção aos direitos de crianças e adolescentes no Brasil envolvem um processo histórico recente. No final da década de 1980 e início dos anos 1990 surge uma nova concepção no provimento de direitos desse segmento. As conquistas significativas alcançadas dizem respeito à responsabilização da família, da sociedade e do Estado em assegurar condições de vida dignas a crianças e adolescentes, assim como à participação mais efetiva da sociedade na fiscalização e controle das ações dirigidas a esse público.

Com isso, uma das grandes revoluções do ECA, relaciona-se a alteração no teor da legislação de proteção à Infância e Juventude no Brasil, e interrupção da visão pragmática, da doutrina de situação irregular. A criança e o adolescente deixaram de ser vistos como meros objetos de intervenção jurídica e policial e foram elevados à condição de sujeitos de direitos com prioridade absoluta. A lei 8.069/90, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, representa um grande feito ao incluir direitos desde a gestação da criança até a fase adulta, causando uma transformação no campo jurídico com repercussões na área política e social.



2.5 Redefinição de acolhimento institucional

Desde a implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no contexto brasileiro, se instaura uma nova perspectiva em relação aos abrigos, que marca o surgimento de um novo modelo de atendimento deste público ao representar o reconhecimento dos direitos básicos e fundamentais da infância e da juventude. A lei 12.010 aprovada em 03 de agosto de 2009, reforça a concepção emergente, como a mudança de nomenclatura prevista no artigo 101, inciso VII, de “abrigo em entidade” para “acolhimento institucional”. A expressão acolhimento institucional instituída promovem transformações, pois coloca um outro padrão funcionamento das instituições, que passaram a comprometer-se com a preservação de vínculos familiares e com a convivência comunitária, passando do modelo assistencial filantrópico para um modelo de política pública incluyente.

De modo geral, a definição de abrigo de acordo com art. 101 é estabelecida como: “Serviço que oferece acolhimento provisório para crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva de abrigo (ECA, Art. 101), em função de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou, na sua impossibilidade, encaminhamento para família substituta.” Ou seja, são entidades responsáveis por zelar pela integridade física e emocional de crianças e adolescentes que tiveram seus direitos desatendidos ou violados. Sua aplicação implica na suspensão do poder familiar e ocorre apenas por decisão do Conselho Tutelar e/ou determinação judicial. Isso significa que, durante o período em que permanecem acolhidos, esses meninos e meninas ficam legalmente sob a guarda do responsável pelo abrigo, casa lar ou família acolhedora, com atenção especial para garantia de todos os direitos que lhes são assegurados, sejam efetivados de acordo com a legislação brasileira.

2.6 Modalidades de acolhimento

Modalidade	Abrigo Institucional	Casa lar	Família Acolhedora	República
Definição	Serviço de acolhimento para crianças e adolescentes afastados do convívio familiar devido à medida protetiva de abrigo.	Serviço de Acolhimento oferecido em unidades residenciais, nas quais pelo menos uma pessoa ou casal trabalha como educador/cuidador residente.	Serviço que organiza o acolhimento em residências de famílias acolhedoras cadastradas. Proporciona o atendimento individualizado.	Serviço de acolhimento que oferece apoio e moradia subsidiada a jovens em situação de vulnerabilidade e em processo de desligamento de instituições.
Número de usuários	(20) crianças e ou/adolescentes.	(10) crianças e ou/adolescentes.	(01) criança e ou/adolescente ou (01) grupo de irmãos.	(06) jovens.
Público alvo	Crianças e Adolescentes de 0 a 18 anos.	Crianças e Adolescentes de 0 a 18 anos.	Crianças e Adolescentes de 0 a 18 anos.	Jovens 18 a 21 anos.
Especificidades	Devem ser evitadas especializações tais como adotar faixas etárias muito estreitas, direcionar o atendimento apenas a determinado sexo, atender exclusivamente ou não crianças e adolescentes com deficiência ou portadoras de HIV.	Devem ser evitadas especializações tais como adotar faixas etárias muito estreitas, direcionar o atendimento apenas a determinado sexo, atender exclusivamente ou não crianças e adolescentes com deficiência ou portadoras de HIV.	Este serviço de acolhimento é particularmente adequado ao atendimento de crianças e adolescentes cuja avaliação da equipe técnica do programa e dos serviços da rede de atendimento indique possibilidade de retorno à família de origem, ampliada ou extensa.	As repúblicas devem ser organizadas em unidades femininas e unidades masculinas, garantindo-se, na rede, o atendimento a ambos os sexos, conforme demanda local.

Tabela 01

2.7 Regulamentação técnica serviços de acolhimento

O documento tem como finalidade regulamentar, no território nacional, a organização e oferta de Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, no âmbito da política de Assistência Social. Sua formulação levou em consideração diversas discussões sobre essa temática, realizadas em diferentes fóruns regionais, nacionais e internacionais.

A aprovação do documento ocorreu em Assembleia conjunta do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), realizada em 18 de junho de 2009. Os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes integram os Serviços de Alta Complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), sejam eles de natureza público-estatal ou não-estatal, e devem pautar-se no presente regulamento adaptado à realidade e cultura local, o documento deverá nortear a organização, no país, dos diversos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes e das Repúblicas para jovens.

Um grande desafio que é colocado para a implementação do reordenamento dos serviços de acolhimento no país é o de romper com práticas incompatíveis com os marcos regulatórios vigentes. A história dos abrigos e asilos é antiga no Brasil nesse sentido, o presente documento visa estabelecer parâmetros de funcionamento e oferecer orientações metodológicas para que os serviços de acolhimento de crianças e adolescentes possam cumprir sua função protetiva e de restabelecimento de direitos, compondo uma rede de proteção que favoreça o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, o desenvolvimento de potencialidades das crianças e adolescentes atendidos e o empoderamento de suas famílias.

Os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes deverão estruturar seu atendimento de acordo com os seguintes princípios:

- Excepcionalidade do Afastamento do Convívio Familiar;
- Provisoriedade do Afastamento do Convívio Familiar;
- Preservação e Fortalecimento dos Vínculos Familiares e Comunitários;
- Garantia de Acesso e Respeito à Diversidade e Não discriminação;
- Oferta de Atendimento Personalizado e Individualizado;
- Garantia de Liberdade de Crença e Religião;
- Respeito à Autonomia da Criança, do Adolescente e do Jovem.

Implantação

Mapas de localização das áreas de intervenções em relação ao contexto urbano, índices urbanísticos dos lotes de estudo, histórico da instituição de implantação da proposta, avaliação da infraestrutura e funcionalidade da entidade de acolhimento, análise de estudos de casos.

3





LEGENDA:

1) CONTINENTE:

LAR NOSSA SENHORA DO CARMO;
UNIDADE DE ACOLHIMENTO MENINOS;
UNIDADE DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES;

2) CENTRO:

CASA LAR EMAÚS;
LAR RECANTO DO CARINHO;
LAR SÃO VICENTE DE PAULO;
CASA DE ACOLHIMENTO DARCY BRITO.

3) NORTE:

UNIDADE DE ACOLHIMENTO ACAJE;
UNIDADE DE ACOLHIMENTO SERTE;
CASA LAR LUZ DO CAMINHO.

No município de Florianópolis, temos de acordo com levantamento estatal dez unidades de acolhimento nas modalidades de abrigo institucional e casa lar. A maior parte das entidades são iniciativas privadas sem fins lucrativos, situadas em pólos específicos do território geográfico: porção continental e insular (norte e centro).

O presente trabalho escolheu como instituição de intervenção, a casa lar Emaús, pertencente a área central no bairro Santa Mônica. Essa determinação sucedeu levando em conta a localização privilegiada do serviço de acolhimento, provido de equipamentos públicos e privados de interesse ao público alvo e devido uma experiência pessoal de voluntariado na instituição, com conhecimento maior da missão institucional, instalações físicas e usuários residentes, informações fundamentais na elaboração do projeto.

Mapa 04

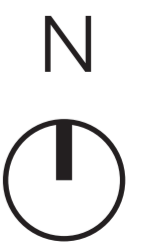
3.1 Mapas de localização



Mapa 05

LEGENDA:

● ÁREA DE INTERVENÇÃO





Mapa 06

LEGENDA:

● ÁREA DE INTERVENÇÃO



3.2 Raios de Abrangência

Os equipamentos comunitários de recreação, lazer, esportes, educação, cultura e saúde exercem um papel muito importante para a comunidade e para o tecido urbano. Nesse contexto, é necessário que os mesmos estejam distribuídos espacialmente de forma adequada e sustentável para atender a população circundante.

Assim, visualiza-se na área estudada as localizações de cada equipamento urbano, a fim de verificar se as suas respectivas disposições atendem a demanda das intervenções propostas: casa lar e república, de acordo com critérios de acessibilidade fundamentados obra de Adrian Pitts, em *Planning Design Strategies*.

Em geral os resultados foram satisfatórios, com exceção da educação infantil (creches) todos os equipamentos estão em raios de distâncias adequadas, refletem a infraestrutura abundante na região escolhida, ideal para a implantação de programas de acolhimento de crianças e adolescentes.



Legenda

- Educação Infantil
- Ensino Fundamental
- Ensino Médio
- Ensino Superior

Raio Abrangência

- 300 metros
- 1.500 metros
- 3.000 metros
- Regional

ESC. 1/20.000

Mapa 07



Legenda

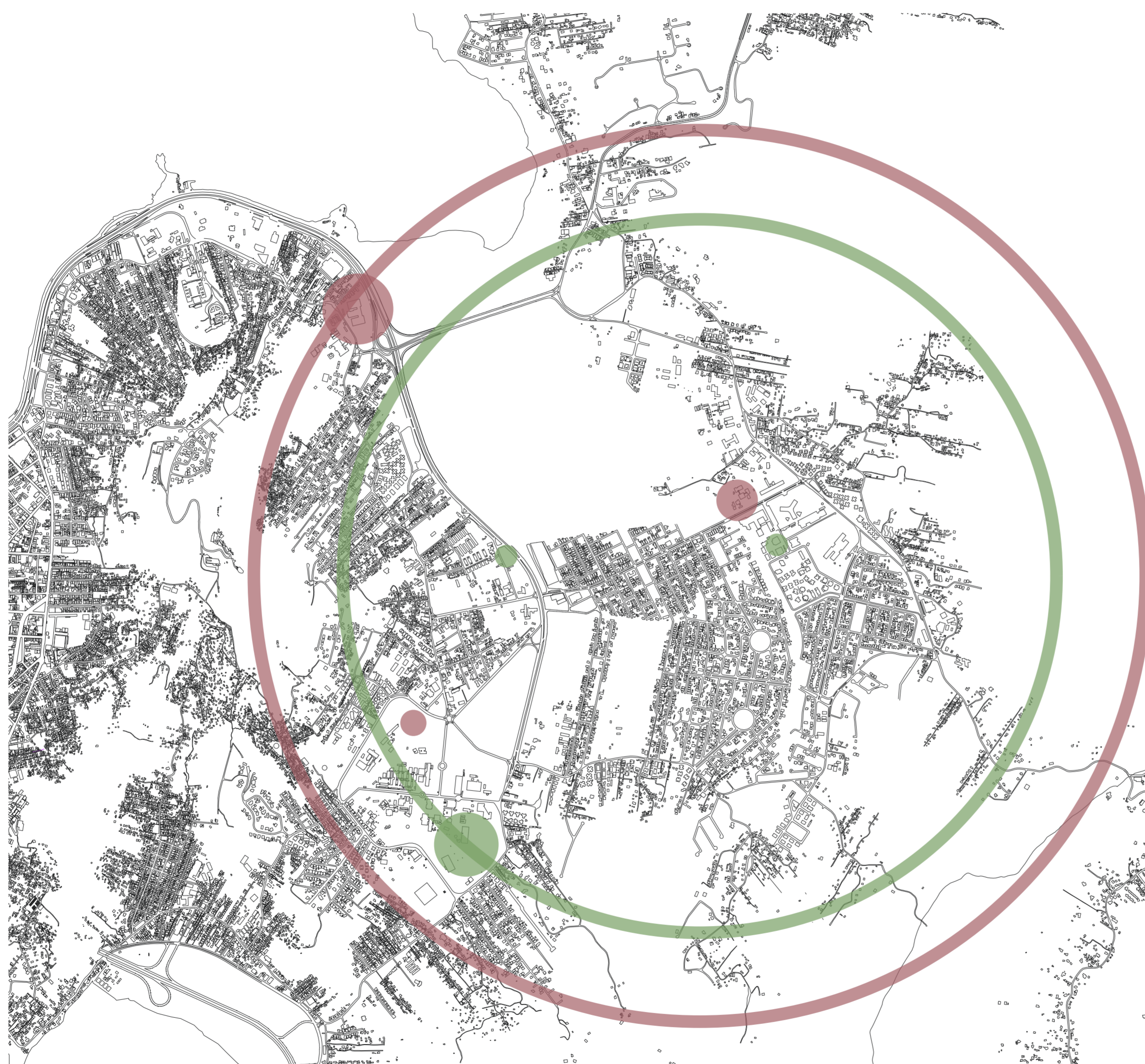
- Posto de Saúde
- Hospital Universitário

Raio de Abrangência

- 1.000 metros
- Regional

ESC. 1/20.000

Mapa 08



Legenda

- Centro de Esportes
- Equipamento Cultural

Raio de Abrangência

- 2.000 metros
- 2.500 metros

ESC. 1/20.000

Mapa 09



Legenda

- Praças de Vizinhança
- Parque do Bairro
- Parque da Cidade

Raio de Abrangência

- 600 metros
- 2.400 metros
- Municipal

ESC. 1/20.000

Mapa 10

3.3 Mapas urbanísticos



ESC: 1/5000
Mapa 11

LEGENDA:

- CHEIO (EDIFICADO)
- VAZIO URBANO

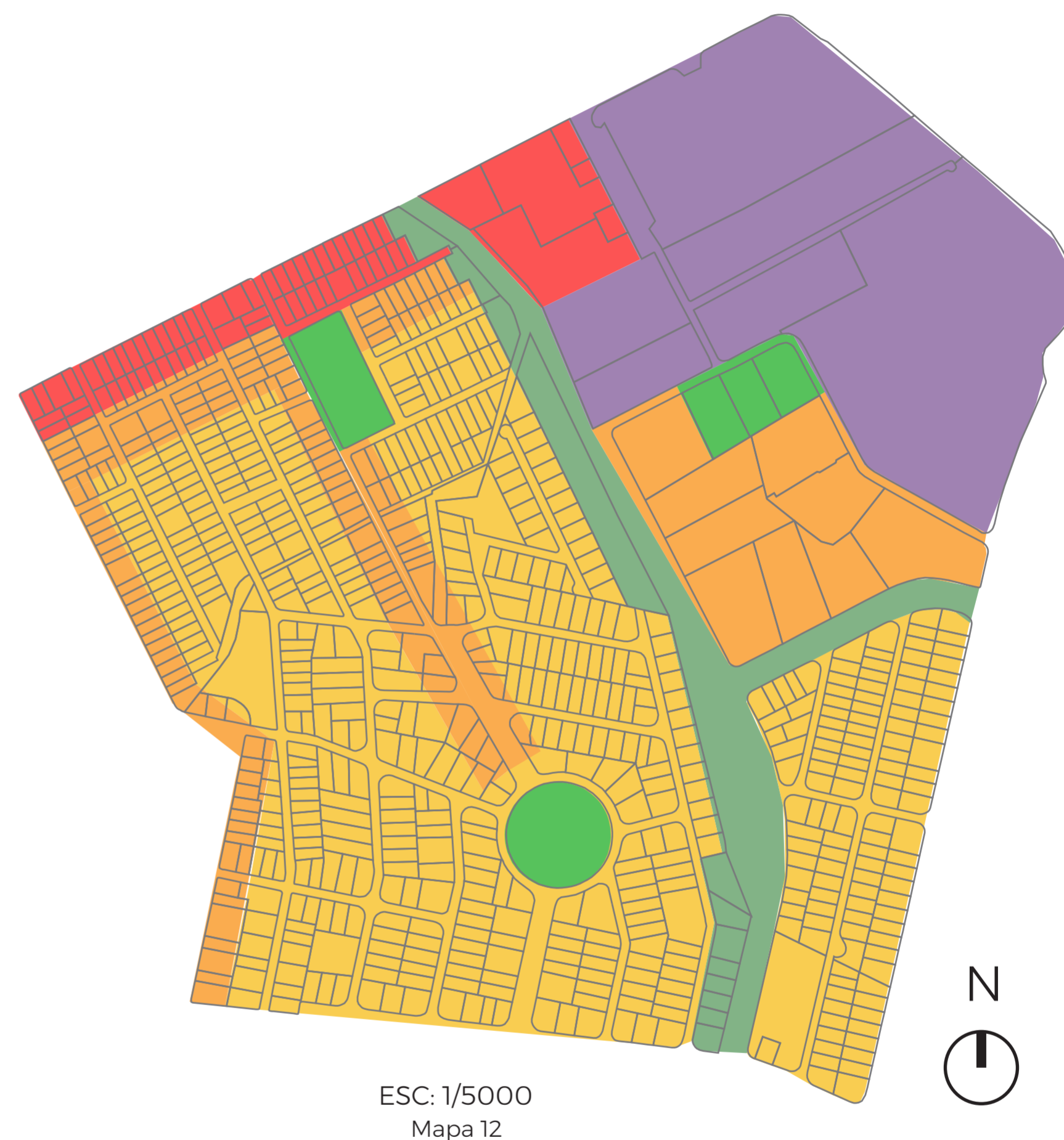
cheios e vazios

Há um equilíbrio entre os cheios e vazios na área selecionada. Verifica-se uma quantidade significativa de áreas verdes representadas ora por parques outras devido a áreas de preservação permanente ao longo da margem do Rio Itacorubi. Os cheios possuem uma regularidade em seu formato a ocupação não destoa em toda a área de estudo, salvo edificações de entidades públicas e concessionárias com tamanhos excedentes à normalidade prevista. Em geral, os grãos são agrupados pelo alinhamento da via e usufruem quase todo lote, com poucos afastamentos laterais, nos fundos constatou-se a presença predominante de pequenas edículas, constituem então um padrão regular de residências unifamiliares.

Os vazios urbanos existem, mas não são numerosos visto que o bairro é considerado uma região nobre da cidade, de pouca distância em relação ao centro e oferece fácil acesso as principais praias do norte e leste da ilha. Estes vazios urbanos identificados possuem proprietários, pois são terrenos murados e aparentemente sofrem manutenção regular, no entanto estão subutilizados e não cumprem a função social determinado pelo estatuto da cidade certamente se encontram à espera de mudanças no zoneamento, propostas advindas da especulação imobiliária ou em últimos casos por falta de recursos financeiros.

A região de estudo é caracterizada pelo predomínio de zonas residenciais, principalmente na face sul/oeste formados por casas térreas unifamiliares, e na face nordeste por prédios de residências multifamiliares e entidades governamentais, revelando a tendência de verticalização nos bairros adjacentes, compostos pelos distritos do Córrego Grande e Itacorubi, porém o bairro em análise Santa Mônica permanece com a mesma concepção de crescimento, apesar do entorno seguir uma direção oposta, justificado pelo poder aquisitivo da maior parte dos residentes e o controle do desenvolvimento da cidade que esses atores detém.

A avenida principal do bairro, Av. Madre Benvenuta possui um uso e ocupação diferenciado, marcada pela apropriação extensiva de estabelecimentos comerciais ao longo da via. Essa apropriação varia entre pequenos comércios locais de pequeno porte à instalações de médio e grande porte, que causam impacto ambiental e visual tais como a implementação de concessionárias e shopping center. Por último é importante salientar a mudança de usos que o presente plano diretor propõe ao criar eixos de usos mistos (destacados em laranja) no interior do recorte, que vão mudar a dinâmica existente inclusive na rua da área de intervenção.



LEGENDA:

- | | | |
|---------------------------------|-------------------------|----------------------------------|
| ● ÁREA RESIDENCIAL MISTA | ● ÁREA MISTA CENTRAL | ● ÁREA INSTITUCIONAL COMUNITÁRIA |
| ● ÁREA RESIDENCIAL PREDOMINANTE | ● ÁREAS VERDES DE LAZER | ● ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE |



LEGENDA:

- VIA LOCAL
- PREVISÃO DE ALTERAÇÃO - ATUAL VIA LOCAL
- VIA DE TRÂNSITO RÁPIDO
- VIA COLETORA

sistema viário

A hierarquia viária da área de estudo é bastante diversificada. No interior do bairro as ruas são caracterizadas pelo caráter local, todavia conforme determinações do plano diretor há uma propensão de mudanças a longo prazo nas vias pintadas em marrom. A proposta reformula os perfis viários, promovendo transformações consideráveis conforme perfis ilustrativos na página subsequente.

A via de maior relevância no recorte de estudo, corresponde a Avenida Madre Benvenuta, classificada como coletora, realiza a conexão da zona central da cidade com o leste da ilha, através da transferência de fluxo para a via de trânsito rápido Rodovia Admar Gonzaga.

Em geral, a morfologia do traçado viário existente é definida pela configuração espacial conhecida como “espinha de peixe”. Caracterizado por longas vias (locais) conectadas a uma principal (coletora), nos quais apresentam poucas conexões paralelas à via estruturadora ou conexões fragmentadas caso da área de estudo. Esse modelo de traçado resultam em:

- Saturação viária na via principal por causa da grande quantidade de fluxo (tanto de pedestres quanto de veículos) que precisa escoar;
- Monopólio comercial, concentração de comércios na via dominante, uma vez que restringe os fluxos a um único caminho.

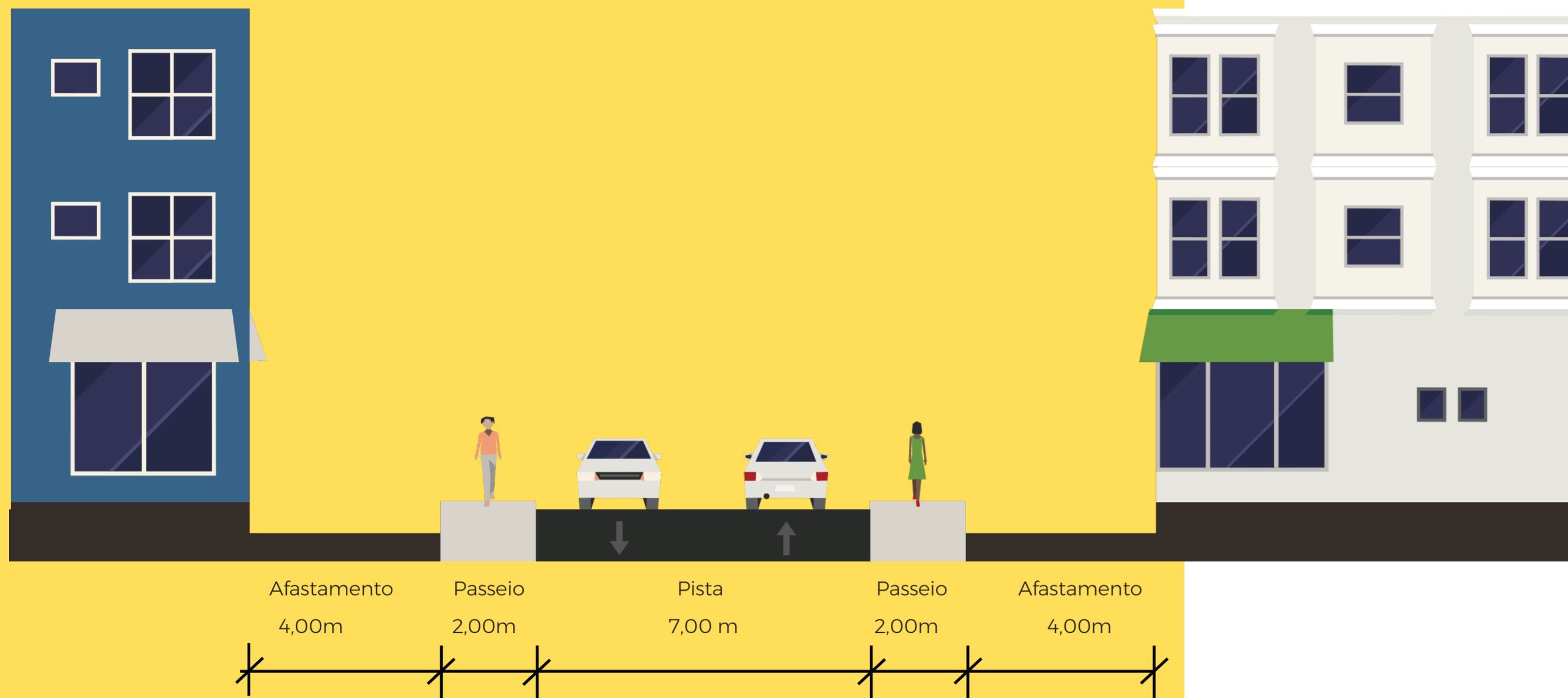


Figura 07: Perfil viário rua Eurico Hosterno (atualmente).

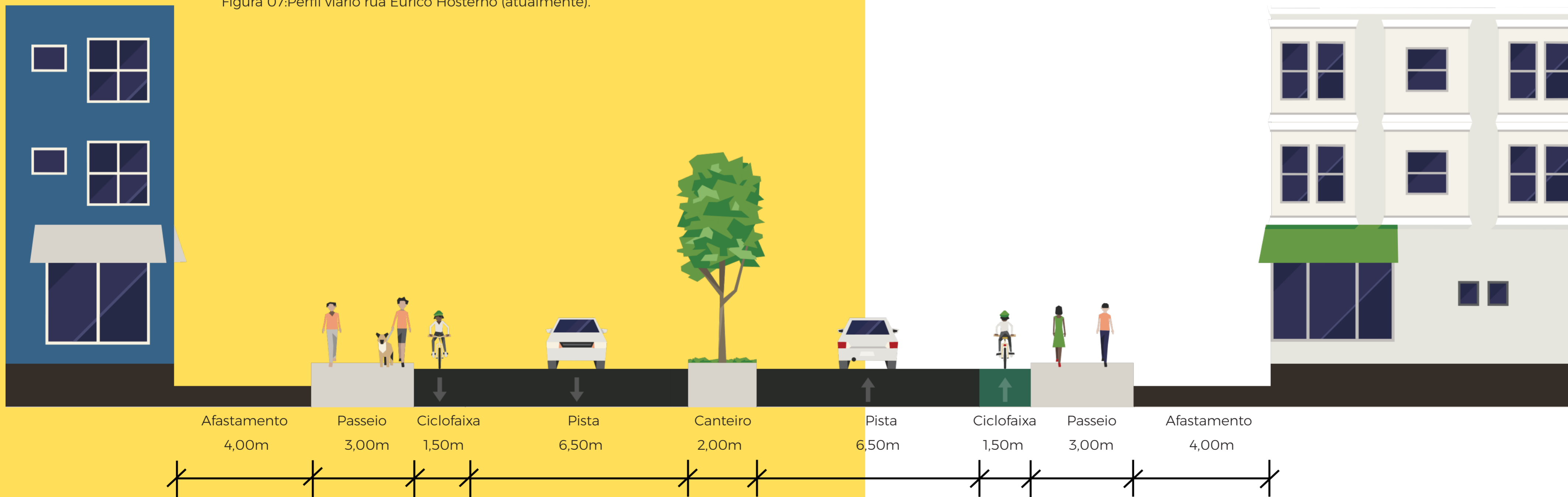
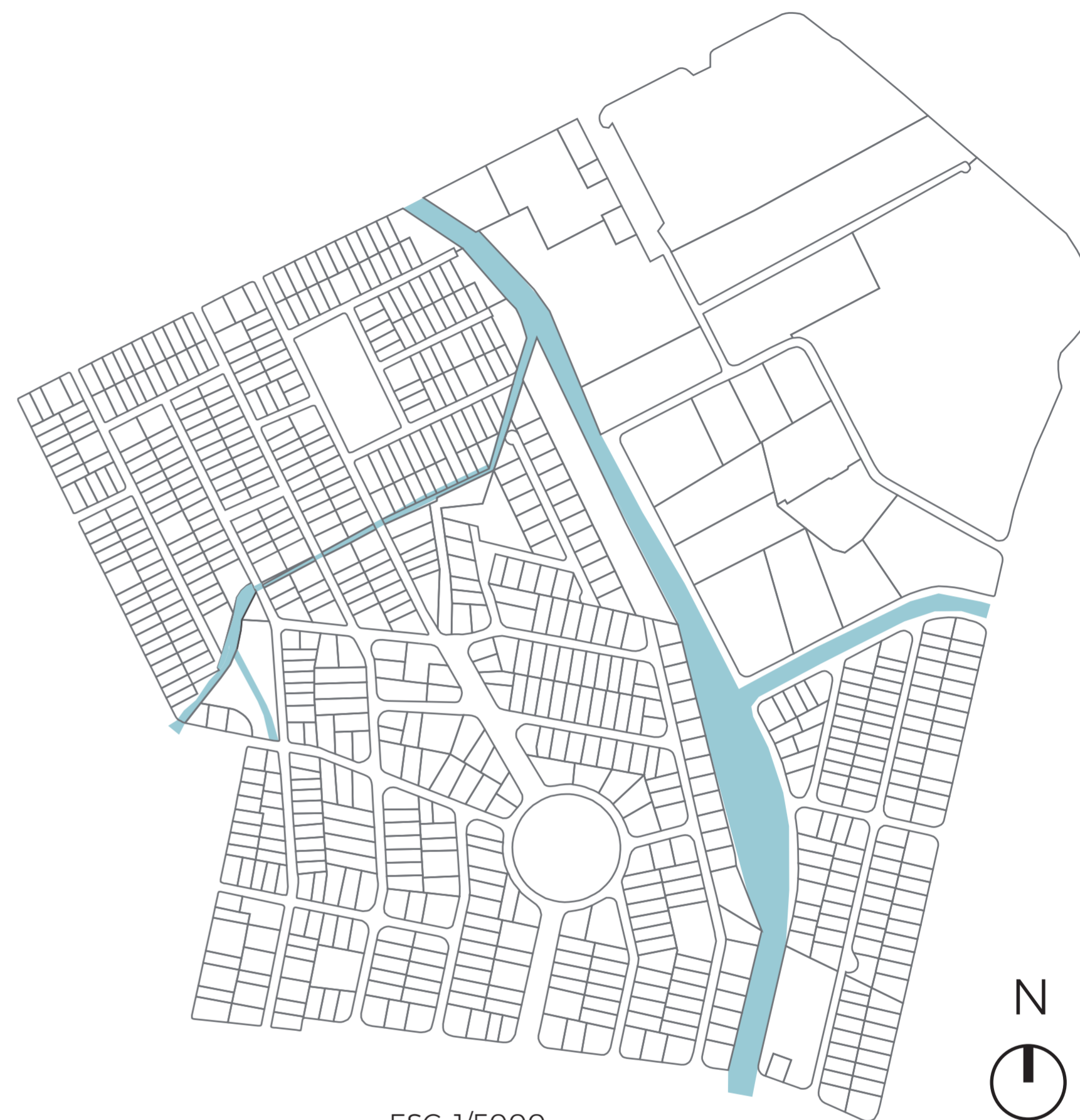


Figura 8: Perfil viário rua Eurico Hosterno (Proposta Plano Diretor de Florianópolis).

O rio Itacorubi é um pequeno curso d'água que se localiza integralmente na região centro-oeste da cidade de Florianópolis. Nasce no encontro dos rios do Sertão e Três Córregos e corre em direção ao norte, vindo a desaguar na Baía Norte. Essa bacia tem início no Parque Municipal do Maciço da Costeira. Apresenta, como divisores-de-águas, o maciço Central a oeste e as cadeias do Morro da Lagoa, Morro do Quilombo, Morro do Pantanal e Córrego Grande a leste. Abrange os seguintes bairros de Florianópolis: Jardim Santa Mônica, Córrego Grande, Parque São Jorge, Itacorubi e Trindade.

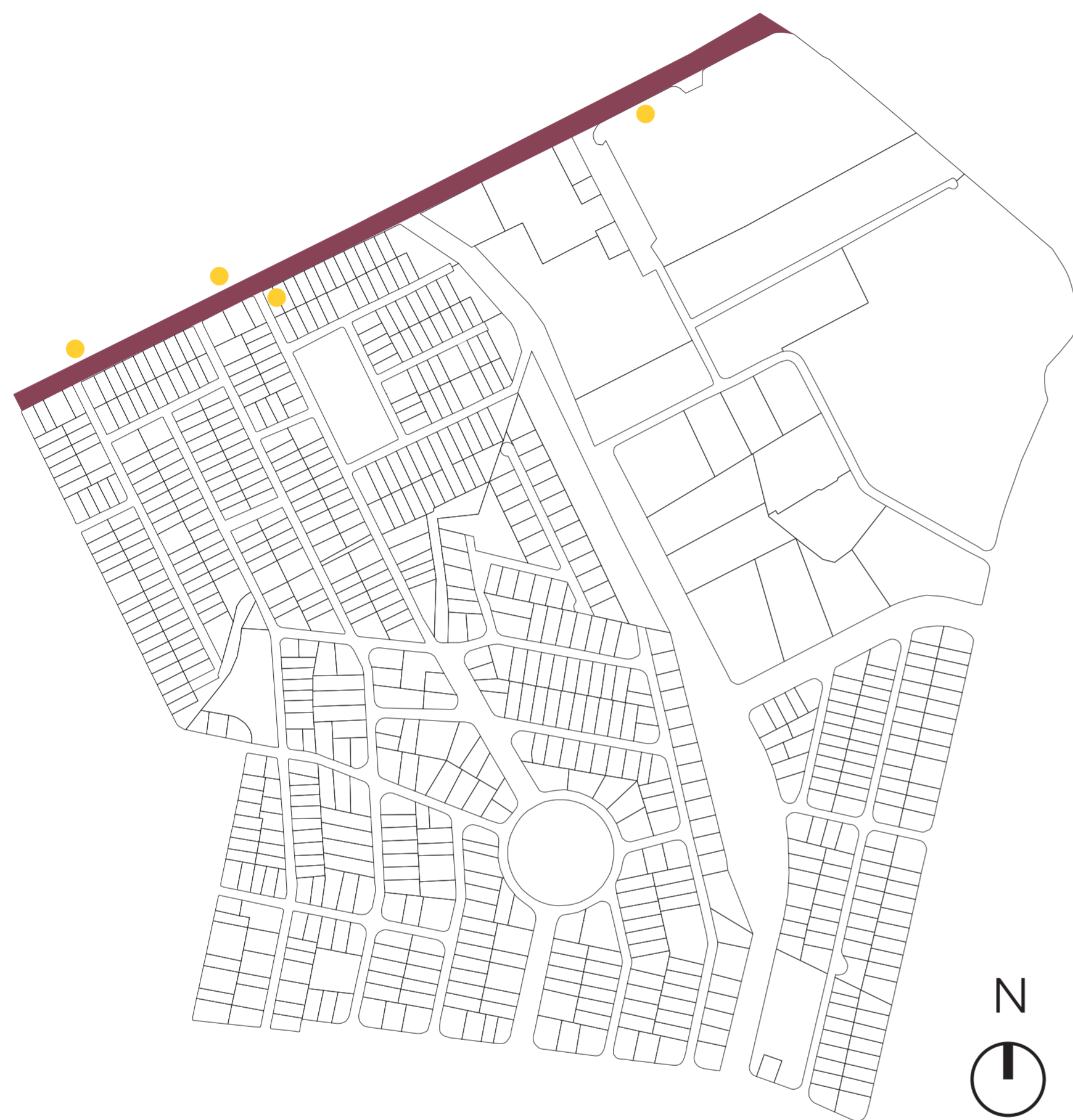
Tem como principais características as declividades acentuadas nas cabeceiras e as baixas declividades a jusante, principalmente na região do Manguezal do Itacorubi, por meio do qual deságua na Baía Norte. Em razão da sua localização em área urbana em expansão acelerada, a Bacia do Rio Itacorubi enfrenta graves problemas ambientais. Seus mangues estão comprometidos em decorrência dos impactos sofridos pela urbanização implantada inadequadamente e por deficiências de saneamento básico.



ESC: 1/5000
Mapa 14

LEGENDA:

● RIO ITACORUBI



ESC: 1/5000
Mapa 15

LEGENDA:

● PONTOS DE ÔNIBUS

■ ITINERÁRIO NO RECORTE DE ESTUDO



LINHAS DE ÔNIBUS:

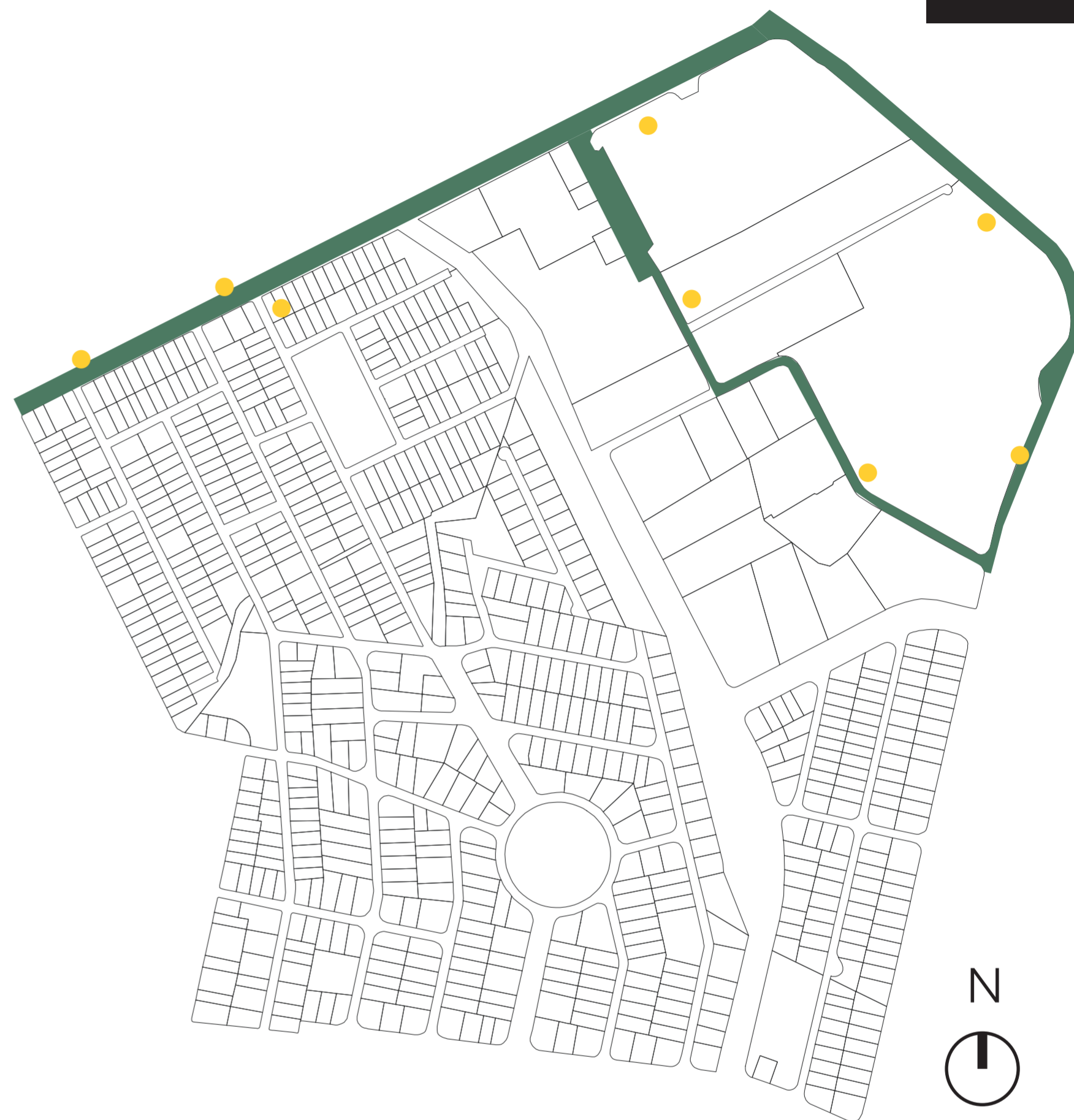
SANTA MÔNICA (177)
TICAN - TITRI VIA UFSC (233)
TICAN - TITRI VIA TISAN (235)
TILAG - TICEN VIA BEIRA MAR (320)
TILAG - TITRI VIA M. BENVENUTA (333)

transporte público

O transporte coletivo encontrado ao redor do recorte do estudo é bastante abundante, em razão de ser uma via de passagem para o leste da ilha com a zona central de Florianópolis. Ao todo são cinco linhas de ônibus que transitam diariamente na avenida principal Madre Benvenuta em horários diversificados.

A linha de transporte coletivo Udesc via beira mar atende principalmente usuários da instituição de ensino superior: Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC), seu itinerário não se restringe a via principal mas contorna o recorte de estudo na face nordeste e adentra à zona institucional e de residências multifamiliares.

transporte público



ESC: 1/5000
Mapa 16

LEGENDA:

● PONTOS DE ÔNIBUS

■ ITINERÁRIO NO RECORTE DE ESTUDO



LINHAS DE ÔNIBUS:
UDESC VIA BEIRA MAR (184)



ESC: 1/5000
Mapa 17

LEGENDA:

 ITINERÁRIO NO RECORTE DE ESTUDO



LINHAS DE ÔNIBUS:
EXECUTIVO SANTA MÔNICA (1112)

transporte público

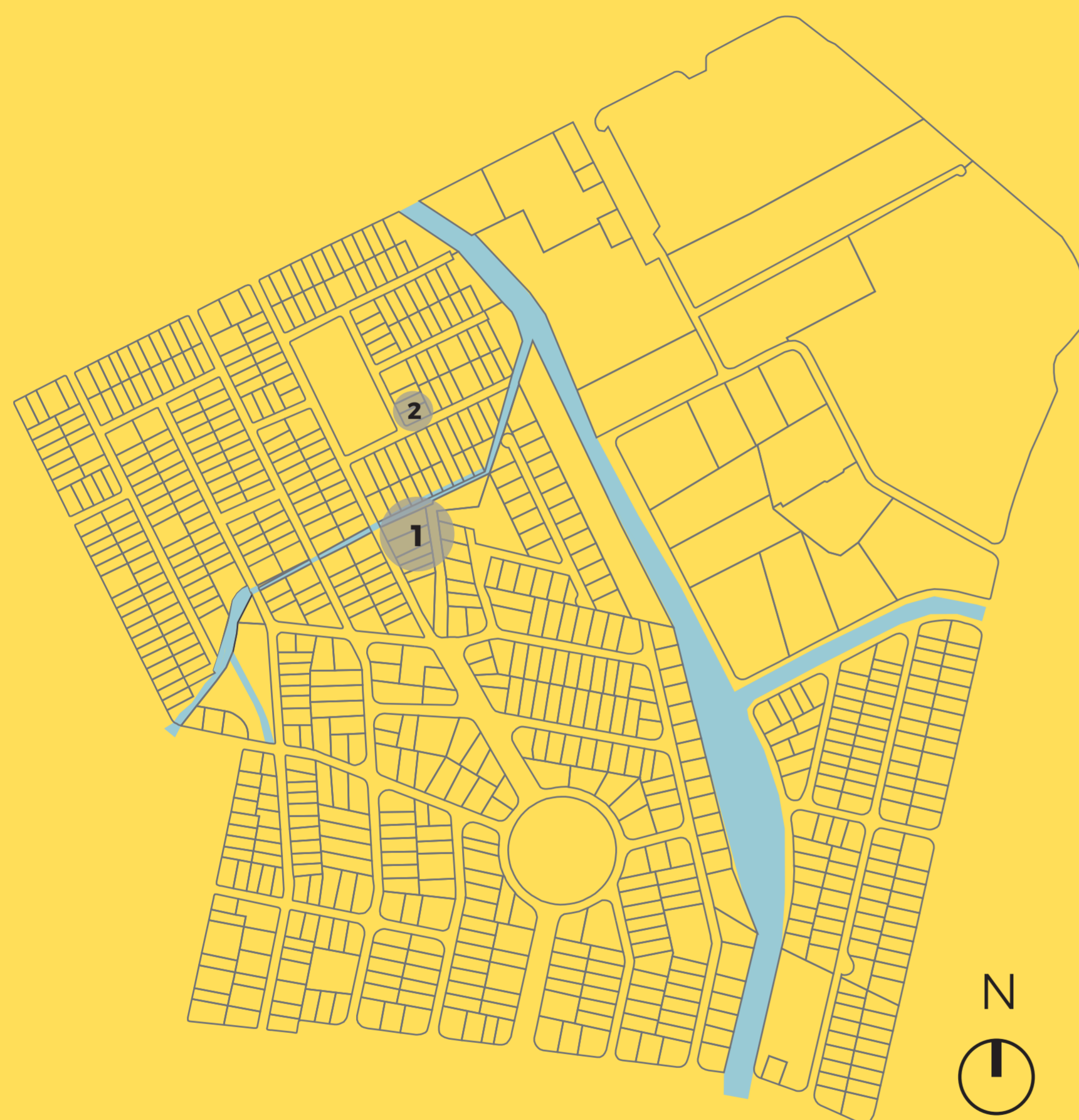
A linha de transporte coletivo executivo Santa Mônica atende de maneira mais incisiva a área de intervenção, no entanto possui baixa incidência de horários e seu preço é mais elevado por se tratar de um ônibus executivo.

3.4 Objetos de intervenção

O presente projeto de graduação envolve integralmente o processo institucional, isto é: ingresso, permanência e desligamento da criança e/ou adolescente na entidade de acolhimento. Assim, são propostas três intervenções que abrangem a pluralidade do programa:

- 1) Reforma pragmática da Casa Lar Emaús, relaciona-se às fases de ingresso e permanência;
- 2) Projeto República, lida com o desligamento;
- 3) Praça elemento de transição entre a república e rede proposta no bairro, ligada ao fortalecimento de vínculos comunitários.

A casa lar emaus situa-se na rua Eurico Hosterno entre as praças Breno Valadares e João Di Bernadi. O lote da república foi escolhido nas proximidades da casa lar na rua Professor Gilberto Cabuçu.



ESC: 1/5000
Mapa 18



Mapa 19

LEGENDA:

- 01) ÁREA DE INTERVENÇÃO - (CASA LAR PREEXISTENTE)
- 02) ÁREA DE INTERVENÇÃO - (PROPOSTA REPÚBLICA)

3.5 Escolha do terreno

É importante que as instituições de acolhimento se localizem em áreas residenciais, próximas de serviços de saúde, transporte público, educação e lazer. Portanto, a primeira etapa para escolha do terreno, foi verificar o cumprimento dos critérios essenciais para o desenvolvimento adequado de crianças e adolescentes, detalhados a seguir.

- Entorno residencial: diferente das antigas instituições totais, que eram implantadas em terrenos distantes da cidade, os abrigos institucionais remodelados após o ECA devem-se inserir em zonas residenciais.
- Proximidade com escolas e creches: as instituições de acolhimento devem estar próximas de escolas e creches, pois são serviços essenciais de atenção às crianças e adolescentes. Além disso, a existência de instituições educacionais no entorno favorecem a indenpedência dos acolhidos, que podem caminhar até as escolas sozinhos ou com colegas.
- Proximidade de lazer: espaços de lazer nos arredores dos abrigos contribuem com a socialização e participação das crianças e adolescentes na vida da comunidade local.
- Proximidade áreas verdes: as áreas verdes contribuem para o desenvolvimento cognitivo e psicológico das crianças e adolescentes. O contato e proximidade com a natureza podem favorecer a educação ambiental
- Topografia plana ou pouco acidentada: é preferível a implantação em lotes com topografia plana ou pouco acidentada, dispensado a necessidade de degraus e rampas extensas.

Todas as características são presentes no sítio de análise. Além disso resolveu-se permanecer na mesma localidade devido a articulação com a proposta de rede.

A última etapa para definição do lote consistiu em adaptar um sistema de pontuação, de acordo com a importância de parâmetros urbanísticos de análise. A tabela, mostra o sistema adotado.

A pontuação total entre 13 e 10 pontos indica um terreno ótimo para implantação do equipamento; entre 9 e 8 pontos, bom; entre 7 e 6 pontos, regular; 0 e 5 pontos, ruim.

Critérios	Pontos
Relação com entorno: caráter da rua, áreas verdes, acesso equipamentos comunitários	0-3
Conforto ambiental: insolação, poluição sonora, poluição visual, proximidade área de proteção permanente	0-4
Mobilidade: transporte público, conexão ciclovia	0-2
Potencial construtivo: área terreno, coef. aproveitamento, taxa de ocupação, nº de pavimentos	0-4

Tabela 02

Inicialmente, foram procurados lotes institucionais disponíveis. Entretanto, as áreas institucionais existentes no perímetro de estudo estavam edificadas. Desse modo, a busca passou a ser por lotes privados, aqueles que não estejam cumprindo a função social, ou seja, definidos como vazios urbanos em zona central de alta infraestrutura. Contudo, preferiu-se terrenos próximos ao objeto de intervenção, foram identificados lotes ociosos em um raio de 300 metros da Casa Lar Emaús, conforme ilustração do mapa.

Critérios	PONTOS									
	Mín/Máx.	LOTE 1	LOTE 2	LOTE 3	LOTE 4	LOTE 5	LOTE 6	LOTE 7	LOTE 8	LOTE 9
Relação com entorno: caráter da rua, áreas verdes, acesso equipamentos comunitários	0-3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
Conforto ambiental: insolação, poluição sonora, poluição visual, proximidade área de proteção permanente	0-4	3,5	3,5	3	3	3,5	3	4	2	3
Mobilidade: transporte público, conexão ciclovía	0-2	0,5	0,5	2	0,5	0,5	0,5	1	0,5	0,5
Potencial construtivo: área terreno, coef. aproveitamento, taxa de ocupação, nº de pavimentos	0-4	3,5	3,5	3,5	3	3,5	3,5	3,5	4	3,5
TOTAL	0-13	10,5	10,5	11,5	9,5	10,5	10	11,5	9,5	10

Tabela 03



Mapa 20

O terreno escolhido para elaboração do projeto república, foi o lote 7, situada em frente a praça João di Bernardi.

3.6 Histórico Casa Lar Emaús

A Casa Lar Emaús é uma instituição sem fins lucrativos de natureza filantrópica, que atende crianças e adolescentes do sexo masculino entre a faixa etária de 06 a 12 anos de idade, encaminhados pelo conselho do tutelar de Florianópolis, obedece o regime de casa lar no qual o processo de acolhimento é realizado em uma residência familiar, com número máximo de dez (10) acolhidos, na presença de um cuidador residente, disponibiliza a seus residentes acesso a habitação, alimentação, saúde, educação, lazer e cultura.

A iniciativa social teve início em 1993 no município catarinense de Rancho Queimado, ligado aos jovens do Movimento de Emaús, com propósito de oferecer apoio e assistência a crianças sem vínculos familiares ou então fragilizados. O trabalho exercido na região resultou na dissolução da casa de acolhimento existente no local e transferência da iniciativa para a capital do estado, que teve seu início em março do mesmo ano através da fundação da associação Ação Social Missão. A implementação da moradia destinada ao funcionamento da casa lar sucede-se em 1995 na atual sede localizada no bairro Santa Mônica, na rua Eurico Hosterno. A entidade dispõe de vinte e três anos de atuação na causa da defesa dos direitos das crianças e adolescentes.

O objetivo fundamental da instituição é de oferecer amparo e proteção de jovens e crianças que se encontram em estado de vulnerabilidade, seja ela de ordem física, psicológica ou social. De maneira a resguardá-las das violações sofridas, por meio de coordenação de ações terapêuticas e oferta de um lar temporário até o momento oportuno de reintrodução ao convívio familiar original, colocação em família substituta, ou preparação para vida autônoma, assim sucessivamente conforme previsto pela Lei nº 8.069/90, Estatuto da Criança e Adolescente (ECA). Atualmente o vínculo de colaboradores envolvidos ocorre de duas formas distintas. Há uma equipe contratada e permanente para a realização de atividades essenciais, são elas: psicóloga, assistente social e cuidadores/educadores. Todas as demais atividades são coordenadas e realizadas por voluntários, incluindo a diretoria da instituição.

3.7 Infraestrutura Casa lar Emaús

A infraestrutura da casa lar é de médio padrão construtivo. Composta por uma residência térrea elevada sob fundação de concreto, paredes de alvenaria de tijolos e telhado cerâmico seis águas. Além da residência existe um pequeno anexo nos fundos, com a mesma tipologia construtiva. A residência da frente é a área principal, onde ocorrem a maior parte das atividades cotidianas, pois estão instalados: dormitórios, sanitários, cozinha, sala de estar e sala de estudos/jogos. O anexo dos fundos originalmente aberto servia como edícula, foi fechado com esquadrias envidraçadas, sendo utilizado hoje para desenvolvimento de projetos educacionais, visitas de familiares e reuniões da equipe técnica ou seja, se constitui como um ambiente de múltiplos usos em uma área reduzida, justificado por seu o único cômodo que simula um ambiente externo permitindo assim o exercício de atividades que são banidas dentro das instalações principais.

A arquitetura da Casa lar é corriqueira com uma linguagem bem simples. Em termos de funcionalidade, sua planta apresenta duas portas de acesso: a entrada principal na fachada frontal permanece sempre fechada sendo utilizado o acesso secundário lateral pela cozinha. O fluxo de pessoas nesta entrada, fica muito restrito devido corredor estreito, posteriormente a esquerda há ambientes de caráter coletivo como: sala de estar e sala de estudos/jogos Na direita estão localizados os quartos. E no centro em frente ao corredor situa-se os banheiros e lavabos.

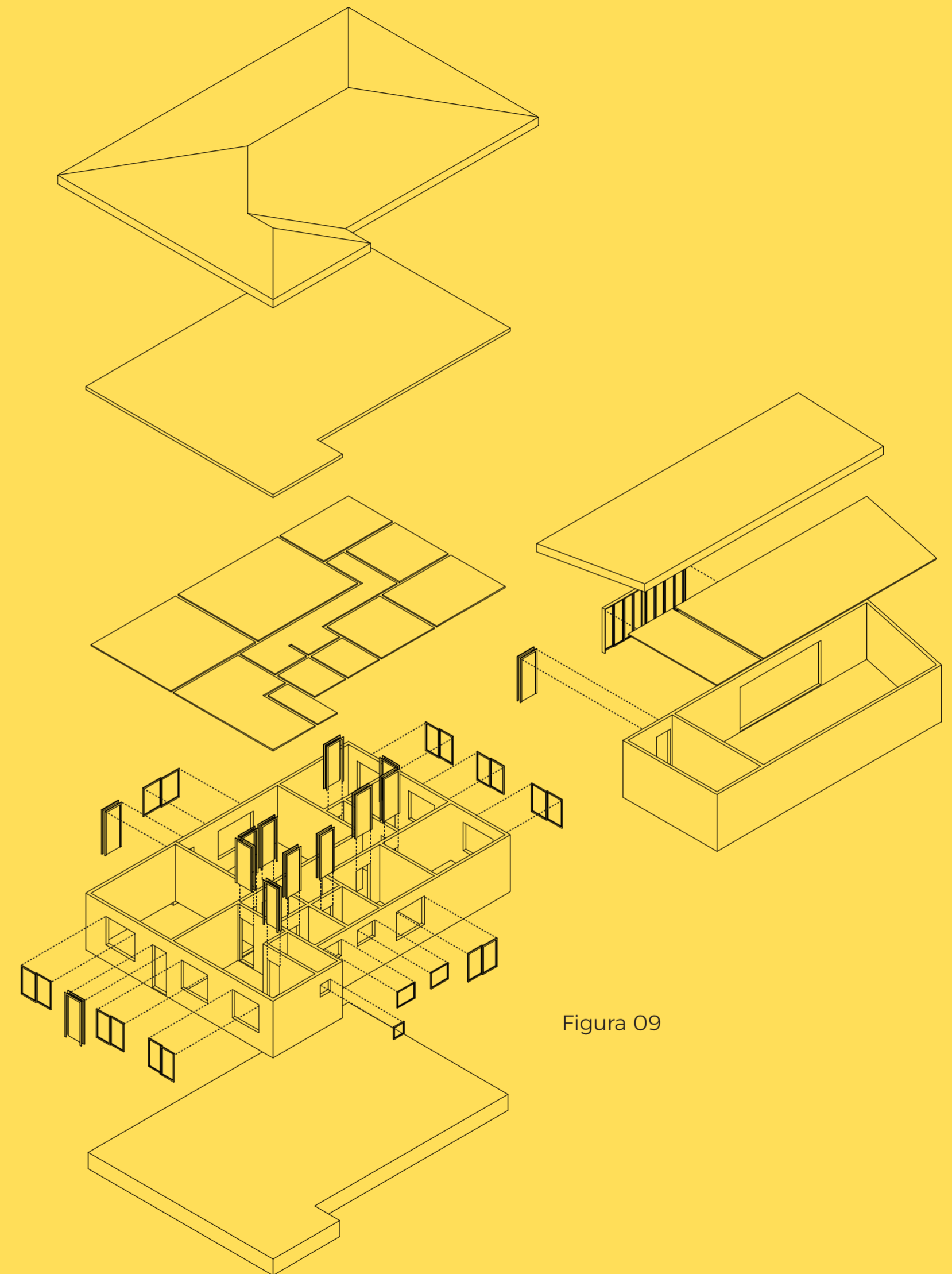
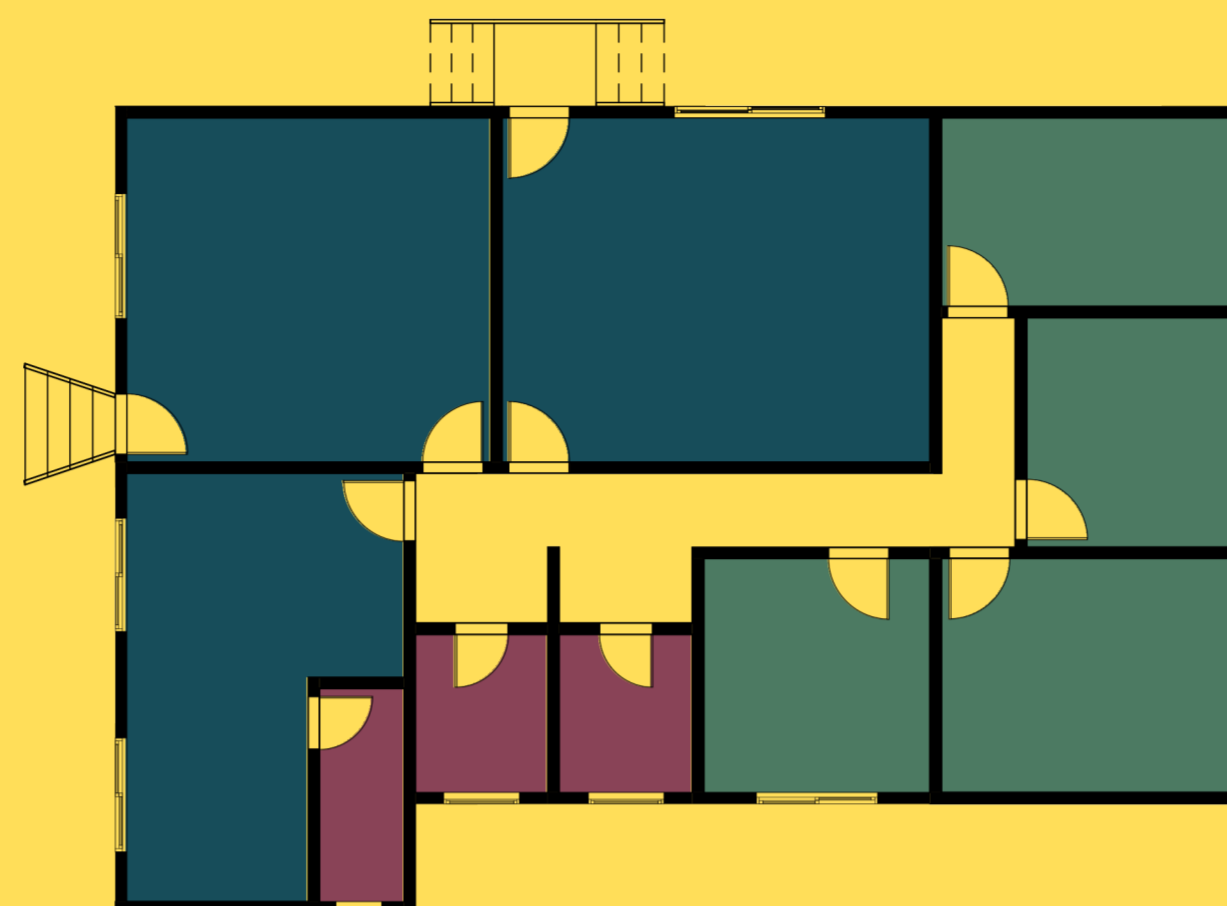


Figura 09



ESC: 1/100
Figura 10



3.8 Setorização Espacial

Nota-se uma setorização espacial entre cômodos subdivididos entre áreas de maior convivência entre usuários em contraposição a ambientes mais reservados destinados ao descanso. Porém o seu interior é muito fechado, não possibilitam desenvolvimento de brincadeiras e atividades informais, seguidos a risca a racionalidade predominante em residências unifamiliares mas que não se aplica em entidades de acolhimento, onde são necessárias ambiências mais flexíveis que estimulem o pensamento criativo e que sejam acessíveis não somente no que tange a dar acesso a pessoas com deficiência motora, mas que se adapte a diferentes estados de espírito.

LEGENDA:

- ÁREA COMUM
- DORMITÓRIOS
- BANHEIROS E LAVABOS
- ÁREA DE SERVIÇO
- CIRCULAÇÃO



01

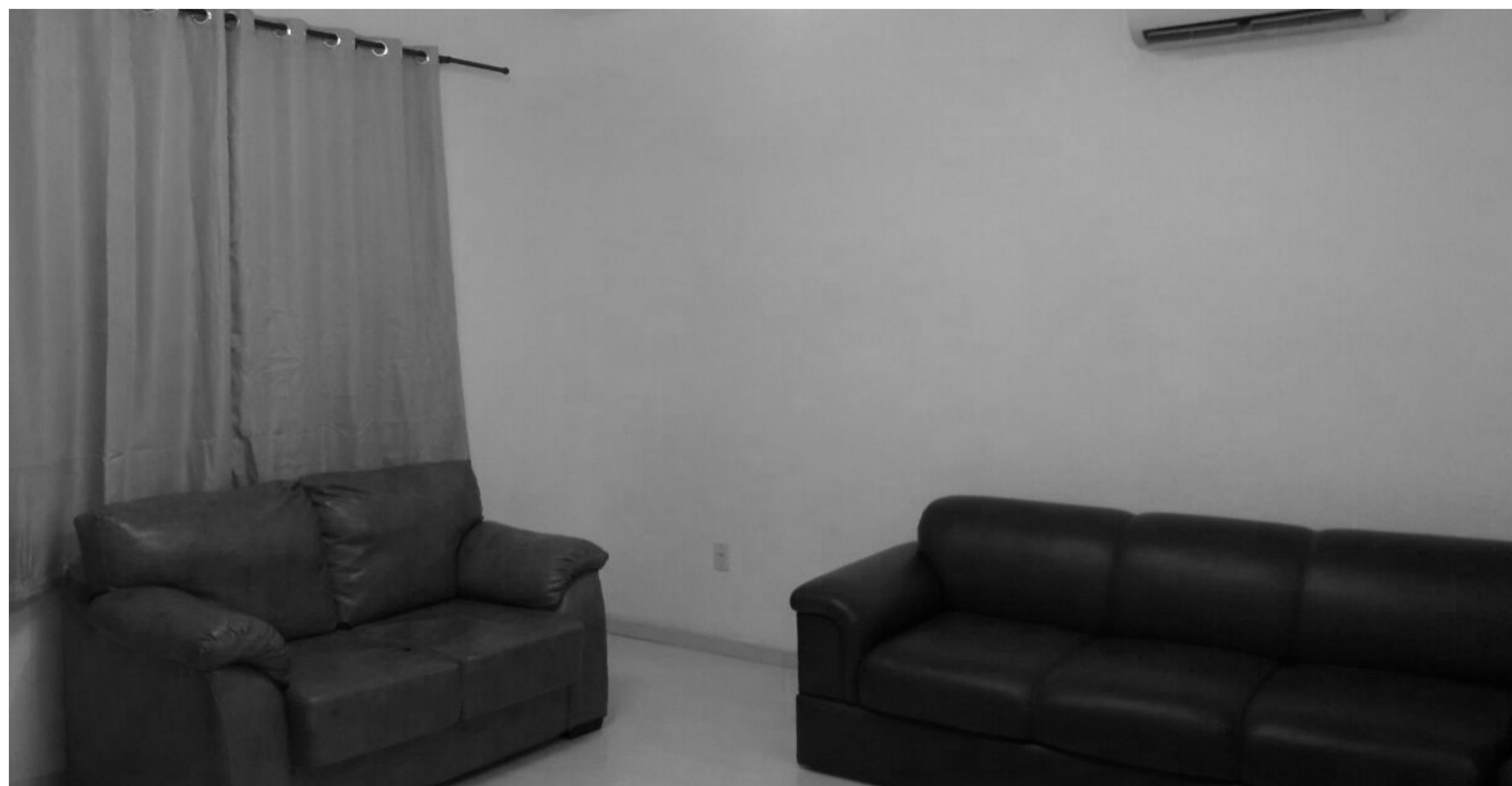


02



03

- 01- Sala de Jogos
- 02- Dormitório
- 03- Sala de Estduso



04

- 04- Sala de Estar
- 05- Sala externa Multiuso
- 06- Dormitório



05



06

3.9 Justificativa programa república

Identifica-se nas redes de acolhimento institucional infantojuvenil uma defasagem no que diz respeito à preparação e à orientação de projetos de vida para o jovem, que por ter atingido dezoito anos deve ser compulsoriamente desligado. A dificuldade é maior ainda, quando impossibilitado de retornar à família e à comunidade de origem, levando a uma situação de desamparo, estes efeitos são causados pela falta de projetos políticos pedagógicos da instituição de acolhimento, mas principalmente da escassez de políticas públicas voltadas para essa questão, que fica a cargo de iniciativas sem fins lucrativos com pequenas intervenções pontuais a fim de sanar a deficiência da gestão pública.

Em Florianópolis por exemplo, ocorre programas filantrópicos criados por terceiros em decorrência dessa preocupação em relação ao desenvolvimento posterior de jovens que alcançam a maioria em entidades de acolhimento. A transição Lab é um modelo de iniciativa, que promovem oficinas gratuitas de autoconhecimento para adolescentes nestas circunstâncias, aborda questões de exploração de identidade, estabelecimento de metas e sonhos futuros, entre outras ações a destaque refere-se ao movimento de equipar kitnets a aqueles que estejam passando pela fase de desligamento de casa lar ou abrigo institucional e respondam aos requisitos de: possuir entre 18 e 21 anos, ter participado do curso transição lab, estar trabalhando de modo efetivo ou jovem aprendiz e por último cursando ou concluído ensino médio.

As ações realizadas compõem uma forma de contornar a omissão governamental dominante, que hoje segue uma lógica radical, marcada pela ruptura abrupta de um padrão de vida estabelecido ao acarretar a suspensão imediata do apoio habitacional, econômico e emocional recebidos. Portanto, o sistema público atual oferece uma inclusão perversa, pois expõe o adolescente inapto socialmente a uma série de novas situações de risco.

Em reflexão desses aspectos, e constatação da insuficiência de políticas voltadas para juventude no Brasil, geralmente restritos a inclusão no mercado de trabalho, considerou-se pertinente pensar em um equipamento de atendimento a jovens em processo de desinstitucionalização em virtude do alcance da maioria legal. Hoje em dia, no campo do acolhimento institucional existem a modalidade de república que cumpre essa função, ao proporcionar moradia subsidiada a jovens recém saídos de instituições. Infelizmente, no município não há nenhuma entidade desta tipologia em funcionamento, o apoio dado consiste no acompanhamento da secretaria de assistência social do estado e/ou município pelo período de seis meses, na hipótese de reincidência a situações que ameacem a integridade do jovem recém desligado, ocorre o encaminhamento a órgãos competentes, porém destinados ao público adulto (centro pop e similares). Revela assim, desenvolvimento de ações políticas corretivas ao invés de agir na prevenção da situação.

PROGRAMA REPÚBLICA

O QUE?

Serviço de acolhimento que oferece apoio e moradia subsidiada a grupos de jovens em situação de vulnerabilidade social em processo de desligamento de instituições de acolhimento, que não tenham possibilidade de retorno à família de origem ou colocação em família substituta.

PARA QUEM? ----- ONDE?

O foco principal do programa refere-se a jovens entre 18 e 21 anos em processo de desligamento de casas lares e abrigos institucionais de Florianópolis. As vagas remanescentes não ocupadas pelo público alvo podem ser destinadas a estudantes de baixa renda com a mesma faixa de idade.

O terreno escolhido situa-se nas imediações da casa lar Emaús, área de intervenção do presente projeto, além disso resolveu-se permanecer na mesma localidade devido a articulação com a proposta de rede de apoio ao acolhimento. Foram observados na escolha do terreno: área construída, mobilidade urbana (oferta de ônibus e ciclovias), relação com entorno (caráter da rua, áreas verdes e acesso equipamentos comunitários), conforto ambiental (insolação, ventilação, área de preservação permanente).

POR QUE?

Busca atender a uma demanda existente em relação a ações que tratem do apoio e proteção de jovens desabrigados e sem perspectiva futura. Pretende-se evitar a reincidência em situações de risco e propiciar uma inserção social gradativa.

COMO?

O programa propõe a flexibilização dos limites institucionais, ou seja uma relação mais próxima com a população circundante, o corpo do edifício é visto como um instrumento de imersão ao universo público, suscetível a uma abordagem coletiva que propicie a convivência, progresso na prática social e individual.

3.10 Proposta república

A proposta de república lida diretamente com a mudança de direcionamento no tratamento da questão, que possui atualmente o foco no mercado de trabalho. Todavia, “acredita-se que políticas desse tipo, além de ser um instrumento de manutenção da ordem capitalista, não trazem nenhuma mudança de caráter transformador nas vidas dos adolescentes beneficiários, e acabam por atuar como ferramentas de uma inclusão precária e estagnante.” Sendo assim, o projeto contará com uma abordagem considerando seu contexto mais amplo, entende-se que o principal desafio não está relacionado apenas a conceder meios de auto sustentação, mas possibilitar por intermédio de um programa adequado o amadurecimento do pensamento crítico e consequente autonomia dos jovens.

O programa da república baseia-se em três pilares principais, para oferecer incentivos para independência futura, o primeiro relacionado ao desenvolvimento cultural e intelectual; o segundo relacionado ao desenvolvimento de relações comunitárias e por último relacionado ao desenvolvimento físico e emocional. Pretende-se desenvolver espaços que contemplem esses fundamentos, importantes para o alcance de autonomia. O programa pretendido não será limitado apenas ao terreno de intervenção mas distribuído ao longo da rede de acolhimento infanto juvenil, uma maneira de estreitar as relações com a vizinhança e incorporar também a vivência da casa lar na dinâmica do desligamento institucional.

Os critérios de ingresso e permanência na república, são fundamentais para evitar um comodismo por parte dos usuários, o programa é um ensaio que busca demonstrar meios de inclusão do jovens ex-acolhidos em sociedade, com objetivo final da saída do ambiente institucional, representa uma habitação transitória sem tempo determinado de residência, visto que este período varia conforme questões intransponíveis e pessoais que não devem ser generalizadas.

No entanto sugere-se o estabelecimento de algumas regras para funcionamento adequado do equipamento, as regulamentações resumem-se em: cursar ou ter concluído ensino médio, engajamento em algum tipo de atividade desenvolvida na unidade, realização de cursos técnicos ou de nível superior conforme vocação profissional. As unidades habitacionais serão mantidas em parte com financiamento governamental, e complementadas com recursos dos próprios atores, em uma porcentagem equilibrada aos salários recebidos pelos mesmos, aqueles que não possuírem emprego poderão permanecer usufruindo as unidades, contudo executando trabalhos que beneficiem a próprio recinto, de modo a auxiliar na manutenção e preservação da edificação e projetos desenvolvidos.

3.11 Índices urbanísticos

Figura 11

INTERVENÇÃO 1
REFORMA CASA LAR

Área do lote: 1585 m²

Testada: 35,55m

Profundidade: 48,25m;
40,75m

Índice Aproveitamento
(IA): 1

Taxa de Ocupação: 50%

Número de pavimentos: 2

Taxa de permeabiliza-
ção: 30%



Figura 12



INTERVENÇÃO 2
PROPOSTA REPÚBLICA

Área do lote: 742,5 m²

Testada: 24,75

Profundidade: 30m

Índice Aproveitamento
(IA): 1

Taxa de Ocupação: 50%

Número de pavimentos: 2

Taxa de permeabiliza-
ção: 30%

3.12 Casos de Estudo

exemplos centros de acolhimento

Moradias Infantis

Formoso do Araguaia, TO.
Arquitetos:
Aleph Zero e Rosenbaum

Complexo escolar oferece acomodações para 540 crianças que frequentam a escola Canuanã. Foi o projeto vencedor do prêmio internacional RIBA/2018 (Royal Institute of British Architects), concedido a projetos de impacto social significativos e ambição arquitetônica.



Figura 13



Figura 14



Figura 15



Figura 16

O grande pavilhão combina uma estética contemporânea com técnicas tradicionais. Sendo descrita pelo júri da premiação RIBA como: “Reinventando o vernáculo brasileiro”. Construído com recursos locais, resgatam a beleza indígena e valoriza os biomas regionais.

Dentre os materiais utilizados destacam-se o tijolo de adobe, palha trançada e madeira laminada. Expressa uma forte ligação com o meio envolvente e a comunidade que serve, além de econômico e ambientalmente sustentável.

O complexo conta com 23 mil m², organizados em duas vilas, fornecendo áreas separadas para meninos e meninas. Cada grupo de edifícios é organizado em torno de três pátios sombreados, com dormitórios no piso térreo e espaços comuns no andar de cima.

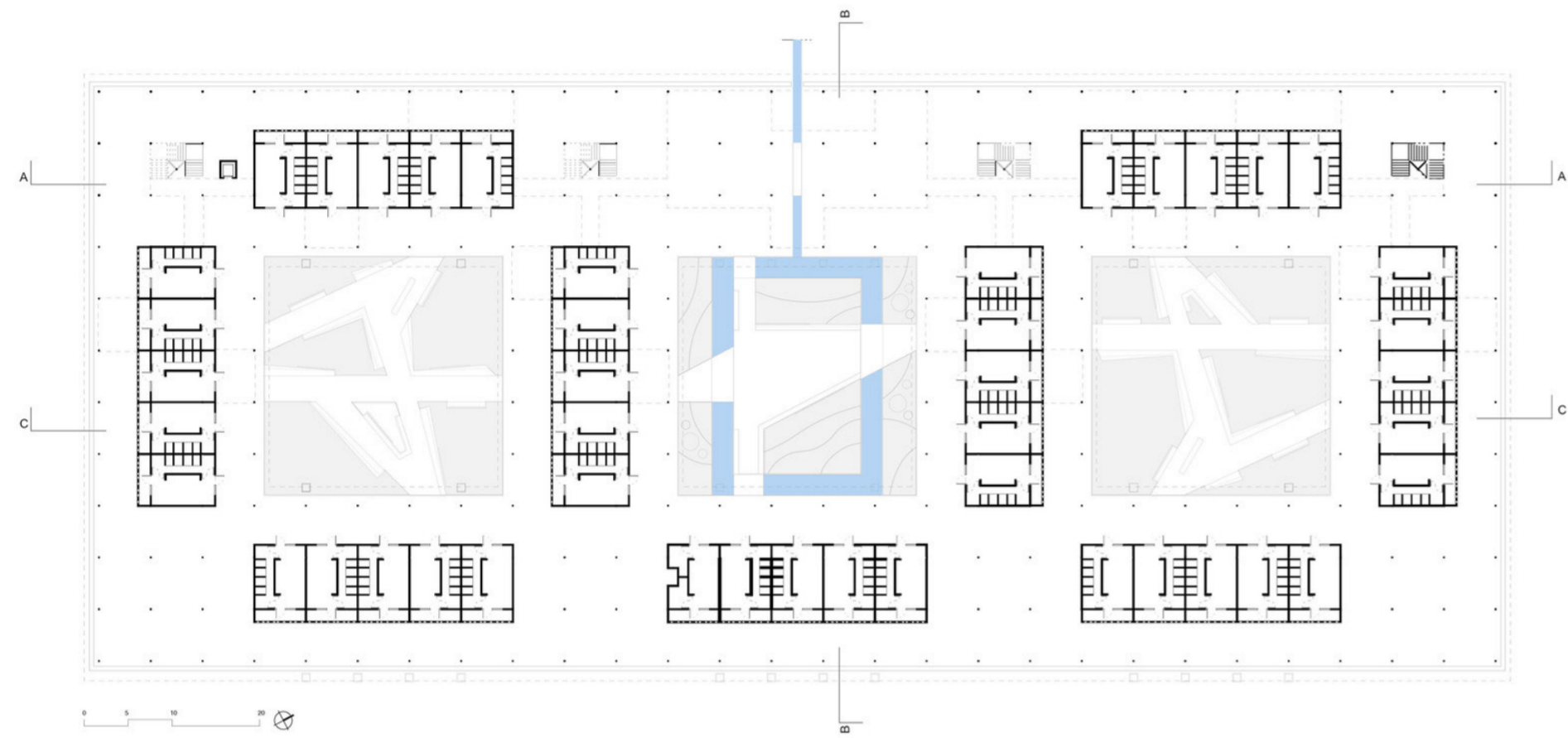


Figura 17

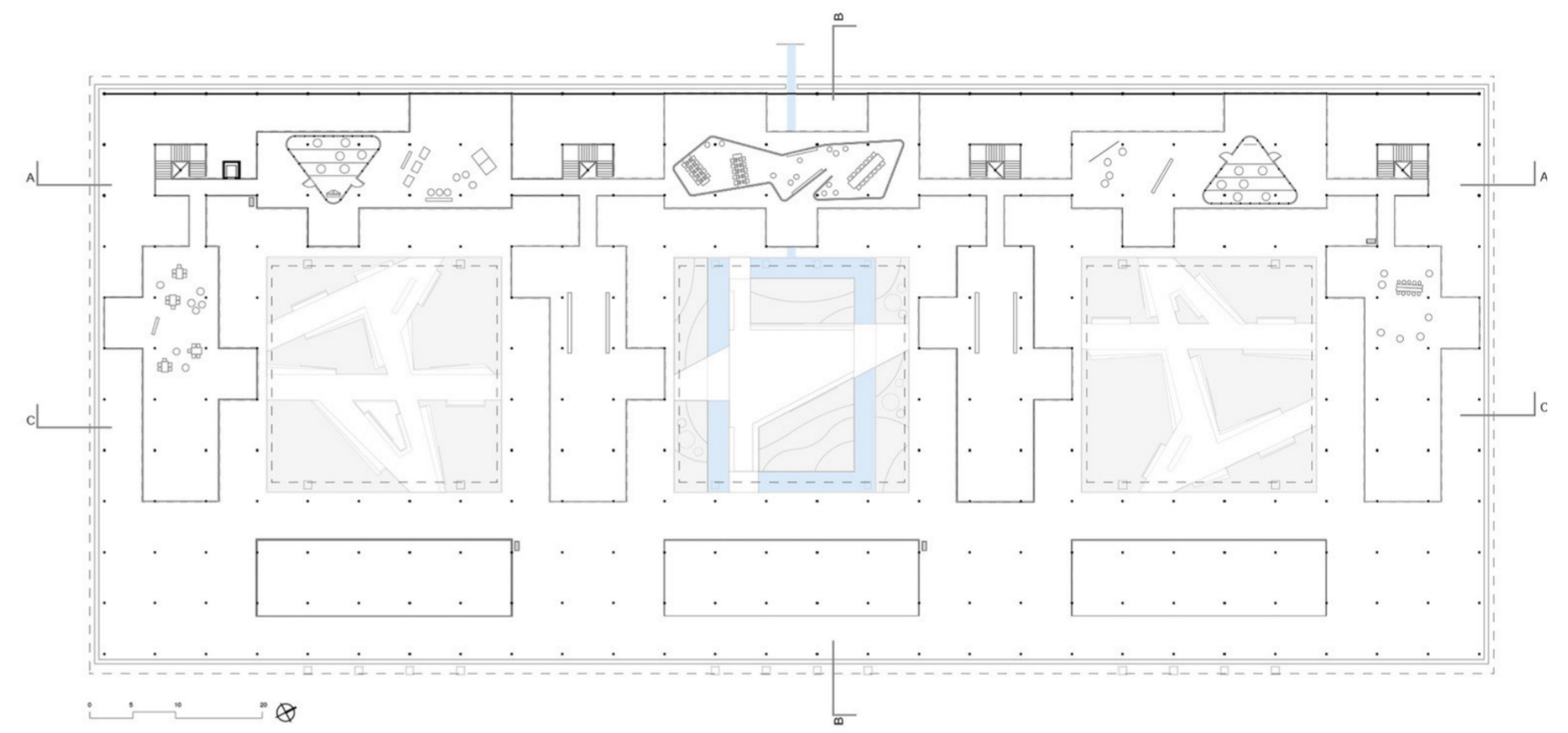


Figura 18

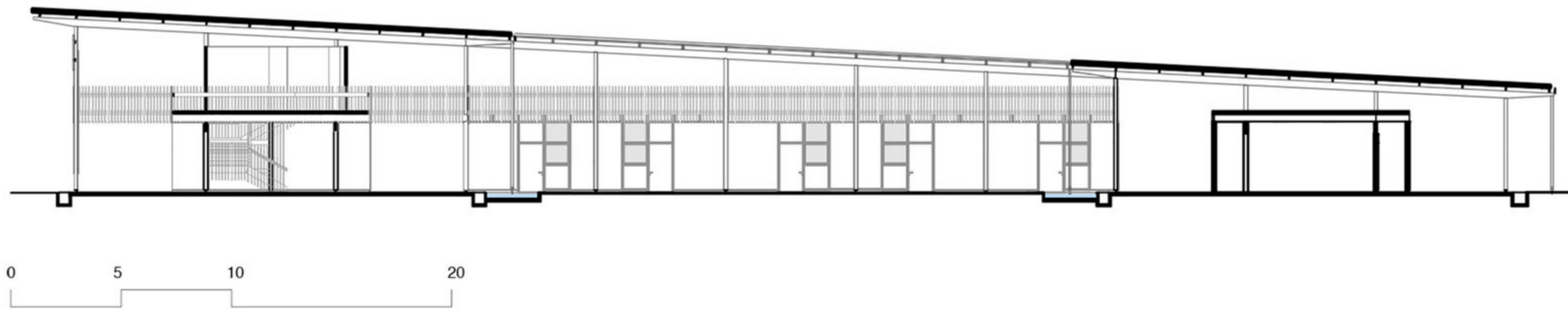
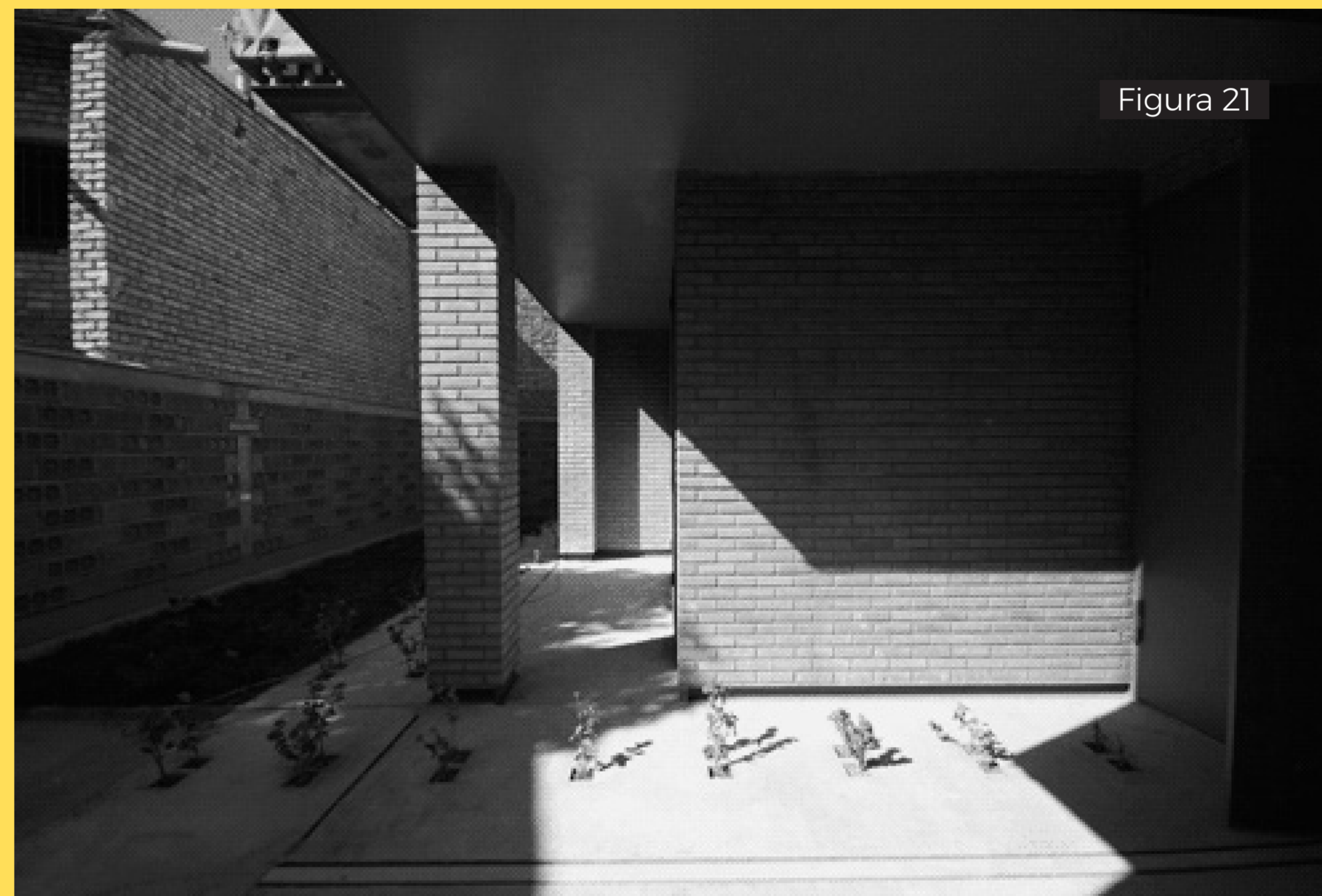


Figura 19



Moradia para meninas orfãs

Khansar, Irã

Arquitetos: ZAV Architects

Situado no sopé da cordilheira dos Zagros no Irã, na zona histórica de Khansar, é cercado por monumentos históricos. A proposta procura dar às crianças vulneráveis ambiente seguro e culturalmente sensível.



Figura 22

Arquitetura modesta monumental, a residência proporciona às meninas não só um dormitório, mas varandas especiais que servem de palco para cenários social, pois permite a manifestação dos usuários em períodos de festividades, lutos ou mudanças de estação, de acordo com o cronograma cultural vigente tal como elas realizam com o hijab de suas vestimentas em um contexto introvertido e fechado de Khansar. A arquitetura produzida portanto, destina-se a mudar a forma como as meninas órfãs são vistas, como crianças estigmatizadas dignas de pena e oferecer a inclusão das mesmas na sociedade.

Hijabe ou hijab: é o conjunto de vestimentas preconizado pela doutrina islâmica. No Islã, o hijab é o vestuário que permite a privacidade, a modéstia e a moralidade, ou ainda “o véu que separa o homem de Deus”.

O custo da construção é otimizada neste projeto, foram utilizados mão de obra local e a tecnologia construtiva dispensou complementos uma vez que a estrutura é toda aparente: pisos de concreto, paredes de tijolos, instalações elétricas e mecânicas visível. Espera-se com a remoção da etapa de acabamento no processo construtivo e emprego de materiais duráveis uma conservação mais eficaz.

A área construída totaliza 800m², dividida em quatro níveis. Em termos espaciais há uma mudança no arranjo, os quartos são organizados em torno de um pátio interno coletivo e varandas em direção à cidade.



Figura 23

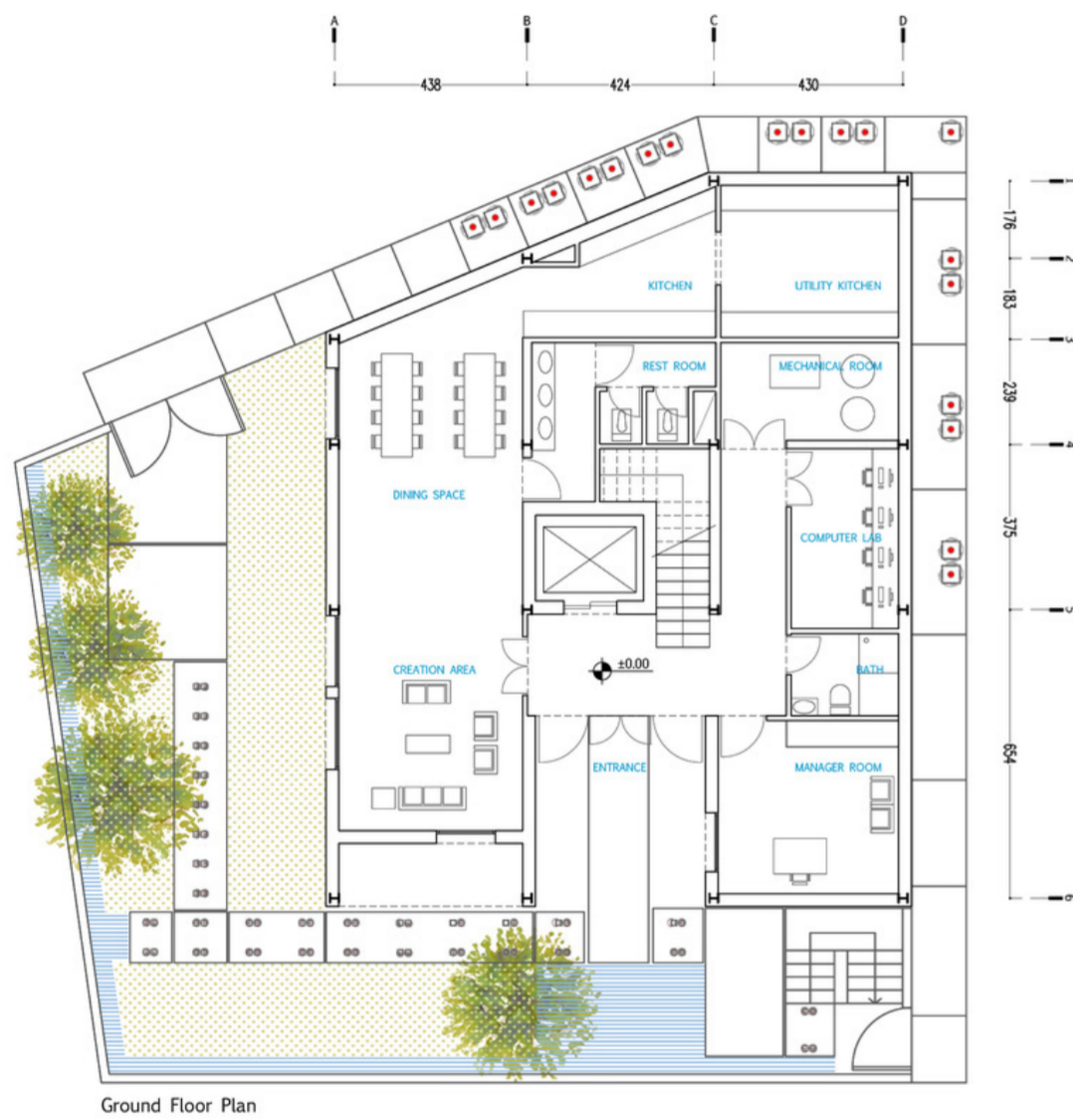


Figura 24

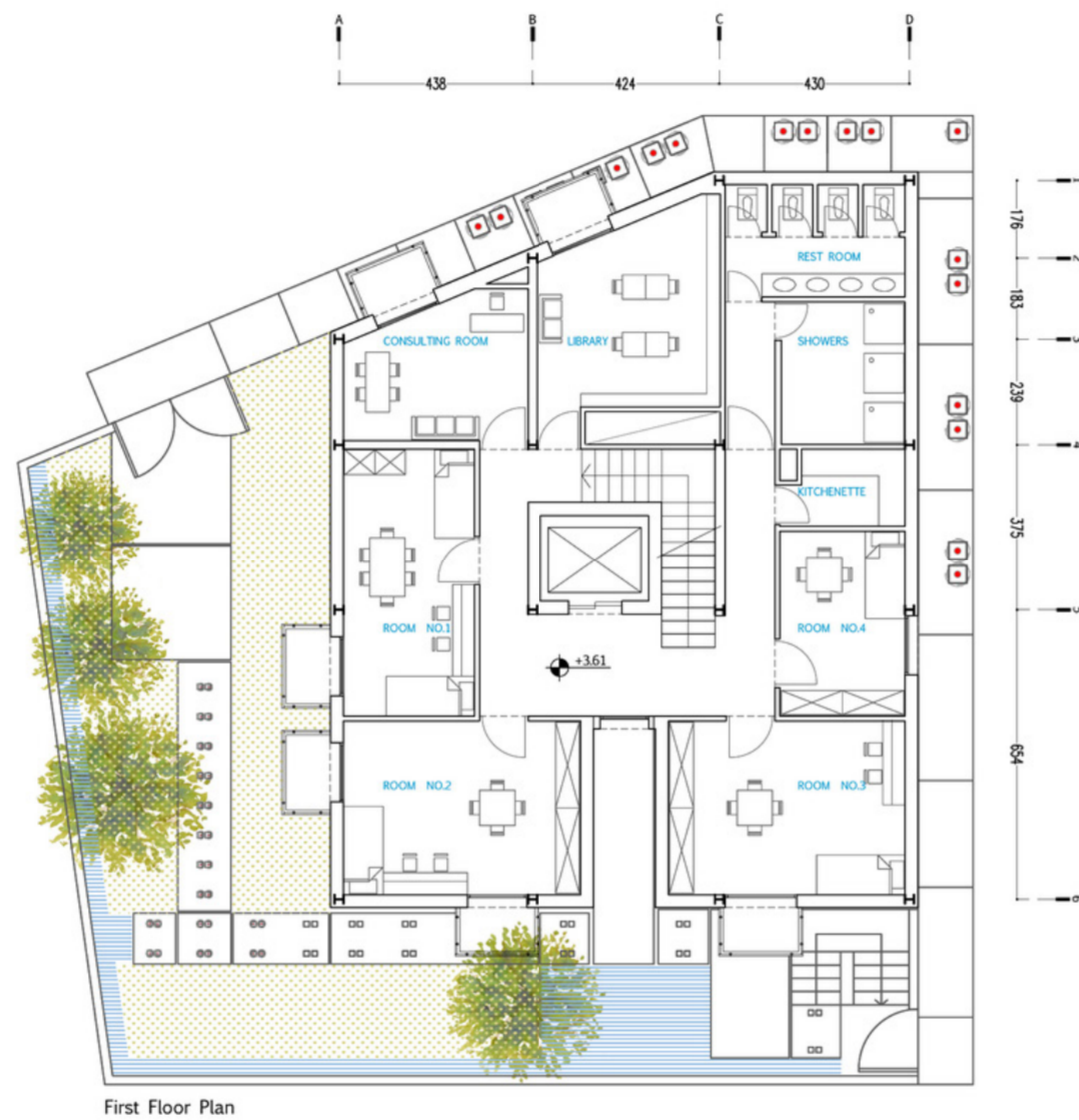


Figura 25

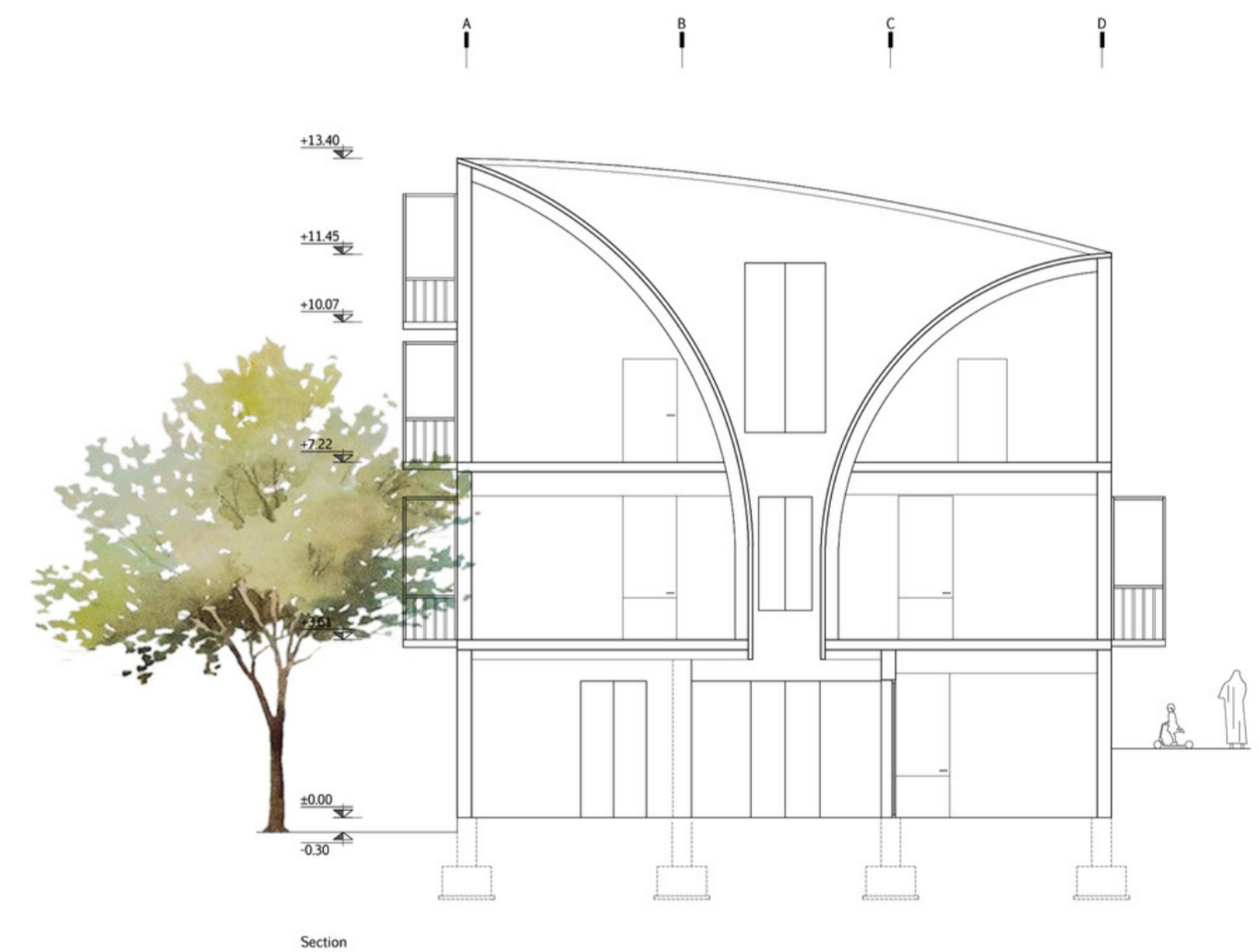


Figura 26

4

Polos de Cidadania

Constatação do embaraço social após períodos prolongados de institucionalização, importância da rede de assistência no desenvolvimento social da criança e do adolescente, articulação entre pontos de interesses e estímulo a convivência do bairro, exploração do sentimento de pertencimento.

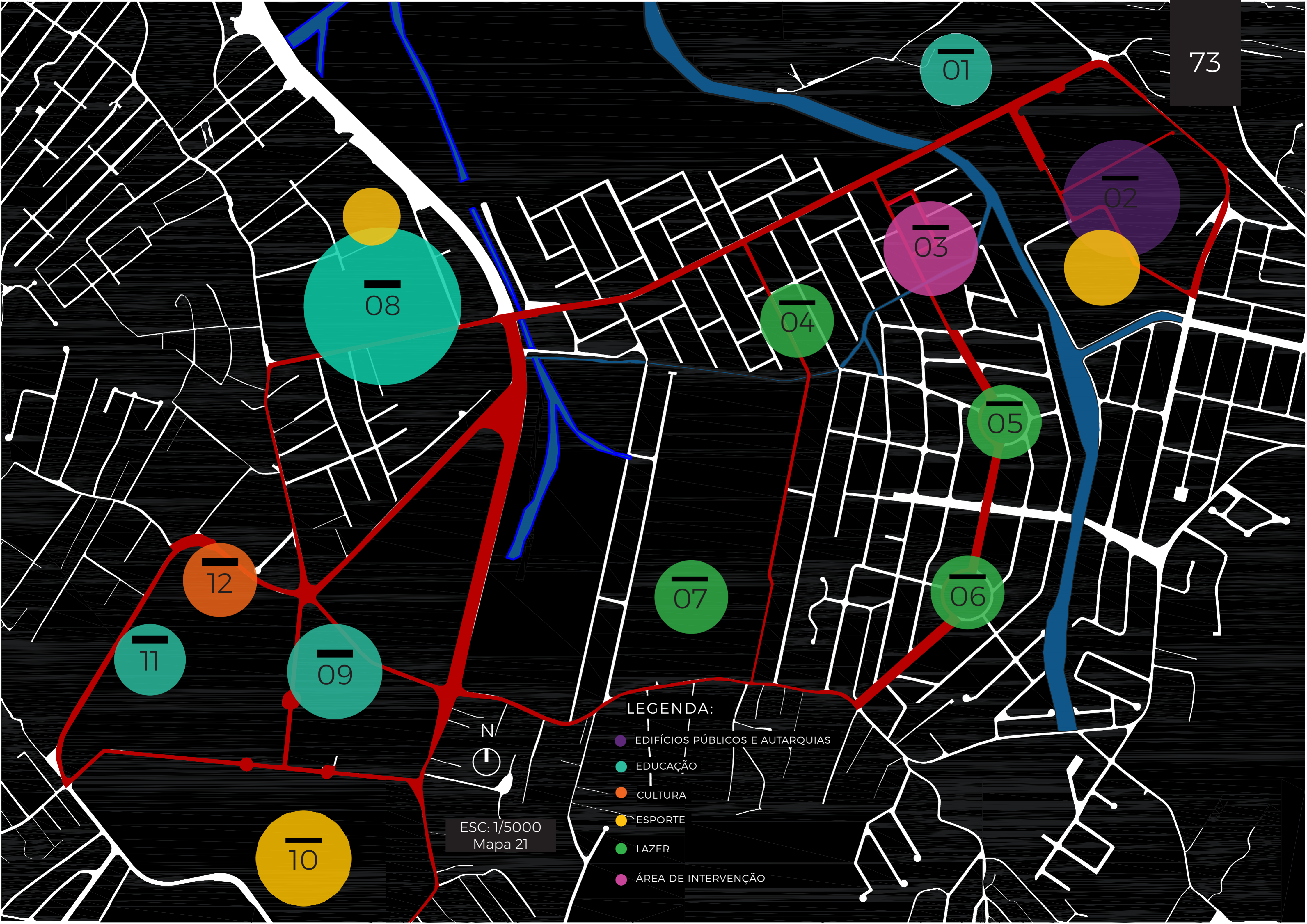
4.1 Conceito rede de apoio ao acolhi-

Durante muitos anos a colocação de crianças e adolescentes em instituições se configurava como instrumento de privação de liberdade, visto que esses espaços funcionavam como instituições totais, nas quais todas as atividades e serviços eram desenvolvidos dentro dos muros das entidades (educação, atenção à saúde, lazer e etc). Com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no entanto, recomenda-se a participação na vida comunitária como princípio a ser seguido no atendimento em abrigos, que deve ser concretizado, de um lado, pela garantia de acesso dos abrigados às políticas básicas e aos serviços oferecidos para a comunidade em geral e, de outro lado, por meio da participação das crianças e dos adolescentes em atividades externas de lazer, esporte, religião e cultura, em interação com a comunidade circundante.

Estudos sobre o atendimento massificado a crianças e adolescentes realizado em instituições que recebem grande número de abrigados têm revelado os custos pessoais que tal situação acarreta: carência afetiva, dificuldade para estabelecimento de vínculos, baixa auto-estima, atrasos no desenvolvimento psicomotor e pouca familiaridade com rotinas familiares. Esses aspectos, se vivenciados por longos períodos, representam não apenas uma violação de direitos, mas deixam marcas irreversíveis na vida dessas crianças e adolescentes, que, com frequência, enfrentam sérias dificuldades para adaptação e convívio em família e na comunidade.

Apesar dos avanços obtidos ao compararmos com os antigos internatos onde havia a privação quase que absoluta da liberdade, o uso da rua para as crianças é ainda muito restrito, não somente em situação de acolhimento mas o público jovem em geral não possui o contato tão próximo com a rua resultado das mazelas da insegurança urbana, essa preocupação é acentuada quando se tratam de crianças e adolescentes que passaram por trauma pessoal. No entanto a vivência da ambiência pública e a diversidade que abarca sua natureza é favorável na introdução social, pois provocam amadurecimento, aprendizagem em lidar com as diferenças e o mais relevante fortalece o pertencimento ao criar vínculos que os identificam como parte integrante de uma dada comunidade.

O conceito de rede abordado, tenta resgatar a característica de comunidade que é destacado na legislação como maneira de assegurar a cidadania do público em questão. Logo, se propõe uma rede de assistência à criança e adolescente em estado de acolhimento, que consiste em interligar os atores a atividades de interesses nas imediações da casa lar e república vinculados ao eixo temático (educação, cultura, esporte e lazer). Objetiva-se induzir a circulação entre pontos, aumentar a experiência fora dos limites institucionais e transformar a rua em percurso de potencial zona de encontro e trocas. De forma a estimular a evolução individual e coletiva vinculando o trajeto com atividades que promovam autonomia e abertura ao universo público.



ESC: 1/5000
Mapa 21

LEGENDA:

- EDIFÍCIOS PÚBLICOS E AUTARQUIAS
- EDUCAÇÃO
- CULTURA
- ESPORTE
- LAZER
- ÁREA DE INTERVENÇÃO



01

UNIVERSIDADE ESTADUAL
DE SANTA CATARINA (UDESC)



CENTRO DE INFORMÁTICA
E AUTOMOÇÃO DO
ESTADO DE SANTA
CATARINA
(CIASC)

02



ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E
SOCIAL DE FLORIANÓPOLIS
(ASTEL)



CENTRAIS ELÉTRICAS DE
SANTA CATARINA
(CELESC)



SECRETARIA DE ESTADO
DE TURISMO CULTURA
E ESPORTE

LEGENDA:

- EDIFÍCIOS PÚBLICOS E AUTARQUIAS
- EDUCAÇÃO
- CULTURA
- ESPORTE
- LAZER
- ÁREA DE INTERVENÇÃO



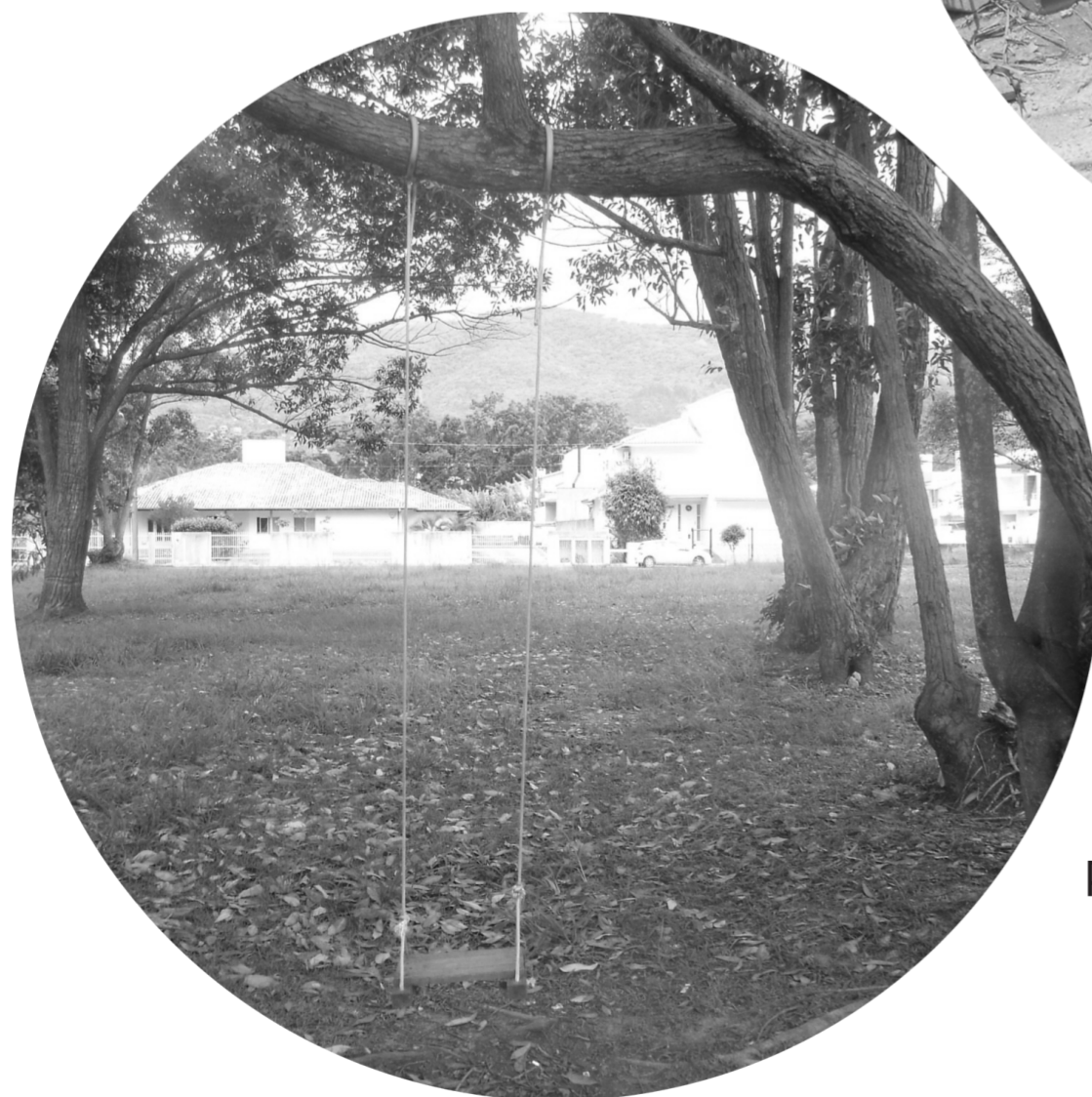
CASA LAR EMAÚS



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA
JARDIM SANTA MÔNICA
(ACOJAR)



TERRENO OCIOSO/
PROPOSTA REPÚBLICA



PRAÇA JOÃO DE BERNADI

03

04

LEGENDA:

LEGENDA:

- EDIFÍCIOS PÚBLICOS E AUTARQUIAS
- EDUCAÇÃO
- CULTURA
- ESPORTE
- LAZER
- ÁREA DE INTERVENÇÃO



05

PRAÇA BRENO PINHEIROS
VALADARES



06

PRAÇA PADRE JOSÉ DE
ANCHIETA

07



PARQUE MUNICIPAL DO
CORRÉGO GRANDE

LEGENDA:

LEGENDA:

- EDIFÍCIOS PÚBLICOS E AUTARQUIAS
- EDUCAÇÃO
- CULTURA
- ESPORTE
- LAZER
- ÁREA DE INTERVENÇÃO



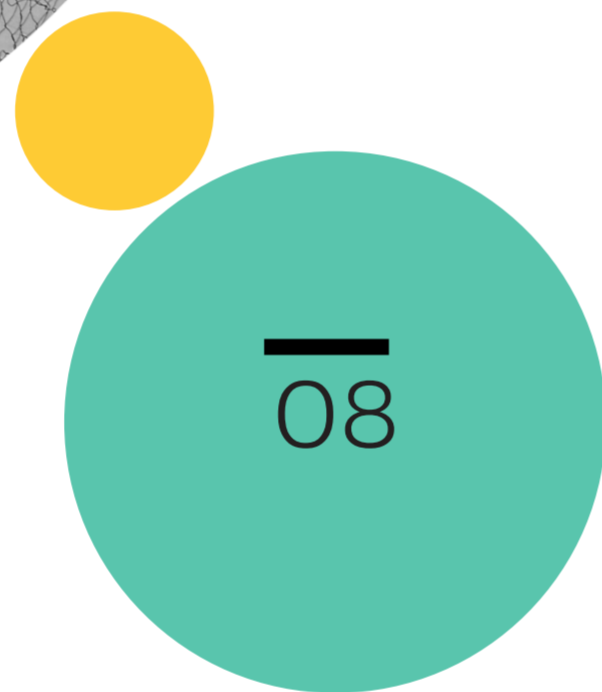
PRAÇA DE SKATE TRINDADE



ESCOLA DE ENSINO BÁSICO SIMÃO JOSÉ HESS



COLÉGIO POLICIAL MILITAR FELICIANO NUNES PIRES.



CRECHE WALDEMAR DA SILVA FILHO

LEGENDA:

- EDIFÍCIOS PÚBLICOS E AUTARQUIAS
- EDUCAÇÃO
- CULTURA
- ESPORTE
- LAZER
- ÁREA DE INTERVENÇÃO



09

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC).



11

COLÉGIO APLICAÇÃO



12

TEATRO (UFSC);



10

CENTRO DE DESPORTOS (UFSC).

LEGENDA:

- EDIFÍCIOS PÚBLICOS E AUTARQUIAS
- EDUCAÇÃO
- CULTURA
- ESPORTE
- LAZER
- ÁREA DE INTERVENÇÃO

LEGENDA:



Considerações Finais

Conclusão geral, principais deficiências encontradas em relação ao cumprimento do estatuto da criança e do adolescente, verificação do distanciamento da teoria com a prática.

5

5.1 Reflexões

Ao se fazer uma leitura do cenário atual do processo de acolhimento, nota-se transformações profundas no entendimento e atendimento dos direitos das crianças e adolescentes, apoiados pelo Estatuto da Criança e Adolescente. No entanto, existe diferenças entre as determinações legais e execução das mesmas, não há um subsídio governamental que garanta a concretização efetiva das leis estabelecidas, que são realizadas pelas iniciativas sem fins lucrativos conforme condições encontradas. Esse descaso público aumenta vigorosamente quando o adolescente atinge maioridade legal, são raras as políticas destinadas à juventude e implica em uma inclusão perversa, pois retorna a situação de risco inicial.

Outra questão observada, consiste no afastamento dos acolhidos a comunidade circundante, o que leva a estigmatização dos usuários e seu distanciamento em relação ao bairro e seus moradores. O isolamento é uma característica histórica dos antigos internatos, que necessita ser vencida de modo definitivo, acredita-se com a participação mais ativa ser possível minimizar prejuízos futuros de sociabilização e assegurar a cidadania.

5.2 Referências e listagens

bibliográficas

ENGLER, Joana Elisa. AS TENDÊNCIAS SOBRE A REALIDADE DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE FLORIANÓPOLIS:: um olhar a partir das produções acadêmicas do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.. 2012. 72 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/103577/JOANA%20ELISA%20ENGLER%20-%202012.1.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 02 fev. 2019.

RODRIGUES, Vitória Olivier Ramos. ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL: Um Estudo Bibliográfico. 2016. 91 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Saúde Mental e Atenção Psicossocial, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/167808/341263.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 02 fev. 2019.

SILVA, Martha Emanuela Soares da. ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: A MAIORIDADE E O DESLIGAMENTO. 2010. 136 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/17469/1/MarthaESS_DISSERT.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2019.

MOREIRA, Carolina Pinheiro; TORRENTÉ, Mônica de Oliveira Nunes de; JUCÁ, Vlândia Jamile dos Santos. Análise do processo de acolhimento em um Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil: considerações de uma investigação etnográfica. Interface - Comunicação, Saúde, Educação, [s.l.], v. 22, n. 67, p.1123-1134, 7 jun. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1807-57622017.0500>. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/2018nahead/1414-3283-icse-1807-576220170500.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2019.

PORTELLA, Elisandra Muniz Bento. PROTEÇÃO SOCIAL: A EXPERIÊNCIA DOS ADOLESCENTES EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL. 2012. 108 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Serviço Social, Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

ASSIS, Simone Gonçalves de; FARIAS, Luís Otávio Pires (Org.). LEVANTAMENTO NACIONAL DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SERVIÇO DE ACOLHIMENTO. São Paulo: Hucitec, 2013. 368 p. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/dicivip_datain/ckfinder/userfiles/files/LIVRO_Levantamento%20Nacional_Final.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2019

SOUZA, Silvana Aparecida de. Gestão democrática e arquitetura da escola. Educação: Teoria e Prática, Rio Claro, Sp, v. 21, p.168-185, dez. 2011.

ROCHA, Jaqueline Tavares; MOREIRA, Andrea Auad. CENTRO DE BEM-ESTAR INFANTOJUVENIL: Arquitetura como Instrumento que favoreça o Desenvolvimento Integral dos Indivíduos. Episteme Transversalis, Volta Redonda-rj, v. 8, n. 1, p.79-101, jun. 2017.

MELO, Ana Angélica Campelo de Albuquerque e; PEREIRA, Juliana Maria Fernandes. Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. Brasília, Df: Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Nacional de Assistência Social, 2009. 105 p.

PEDRO PEREIRA (Rio de Janeiro). Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Org.). Estatuto da Criança e do Adolescente: Versão Atualizada. Rio de Janeiro: Cedeca, 2017. 258 p. Disponível em: <https://www.chegadetrabalho infantil.org.br/wp-content/uploads/2017/06/LivroECA_2017_v05_INTERNET.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2019

CARDOSO, Ana Isabel Pereira; COSTA, Marli de Oliveira. CRIANÇA E INFÂNCIAS, DA MODERNIDADE À CIDADANIA. Técnico Científica (ifsc), [s.i.], v. 3, n. 1, p.553-559, 2012.

ROQUE, Eliane Delamar. Prefeitura de Florianópolis. PLANO MUNICIPAL DE GARANTIA E DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE 2010 - 2013. Florianópolis: Prefeito Municipal de Florianópolis, 2013. 311 p.

NEGRÃO, Ana Maria Melo. Infância desvalida: trajetória educacional das acolhidas pelo asilo de órfãs da Santa Casa de Misericórdia de Campinas. Múltiplas Leituras,, Campinas, São Paulo., v. 3, n. 1, p.50-71, jun. 2010.

TORRES, Luiz Henrique. A CASA DA RODA DOS EXPOSTOS NA CIDADE DO RIO GRANDE. Biblos, Rio Grande, p.103-116, 2006.

AGUIAR, José. A infância no Brasil. Curitiba: Quadrinhofilia, 2015. 5 v. Disponível em: <<http://www.ainfanciadobrasil.com.br/release/>>. Acesso em: 03 fev. 2019.

PLATÃO. As leis, ou da legislação e epinomis. Tradução: Edson Bini. 2. ed. Bauru-SP: Edipro, 2010.

HEYWOOD, Colin. Uma história da infância: da Idade Média á época contemporânea no Ocidente. Porto Alegre: Artmed, 2004.

ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

CALIL, M. I. De menino de rua a adolescente: análise sócio-histórica de um processo de resignificação do sujeito. In: OZELLA, S. (Org). Adolescências construídas: a visão da psicologia sócio-histórica. São Paulo: Cortez, 2003. p. 137-166.

WERLE, Flávia Obino Corrêa; BRITTO, Lenir Marina Trindade de Sá; COLAU, Cinthia Merlo. ESPAÇO ESCOLAR E HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES. Dialogo Educação, Curitiba, v. 7, n. 22, p.147-163, dez. 2007.

MASSCHELEIN, Jan; SIMONS, Maarten. A pedagogia, a democracia, a escola. In: Escola como arquitetura para recém-chegados e para estranhos: a escola perfeita como escola pública? São Paulo: Autentica, 2014. p. 171-199.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. : Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. Brasília: 2009. 105 p. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/cnas/noticias/orientacoes_tecnicas_final.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2019.

LUSTIG, A. L.; CARLOS, R. B.; MENDES, R. P.; OLIVEIRA, M. CRIANÇA E INFÂNCIA: CONTEXTO HISTÓRICO SOCIAL.. Disponível em: <<http://www.grupeci.fe.ufg.br/up/693/o/TR18.1.pdf>>. Acesso em: 9/9/2018.

2019.

SILVA, Martha Emanuela Soares da. Acolhimento Institucional: A maioria e o desligamento. 2010. 136 f. Tese (Mestrado) - Curso de Psicologia, Universidade do Rio Grande do Norte, Natal, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/17469/1/MarthaESS_DISSERT.pdf>. Acesso em: 15 mar.

CALDEIRA, Laura Bianca. O CONCEITO DE INFÂNCIA NO DECORRER DA HISTÓRIA.. 8 f. - Curso de Psicopedagogia, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/Pedagogia/o_conceito_de_infancia_no_decorrer_da_historia.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2019.

BISPO, Alessandra Barbosa. A EDUCAÇÃO DA INFÂNCIA POBRE EM SERGIPE: A CIDADE DE MENORES. 2007. 140 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2007. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/4676/1/ALESSANDRA_BARBOSA_BISPO.pdf>. Acesso 15 mar. 2019.

audiovisuais

OLIVER TWIST. Direção de Roman Polanski. Intérpretes: Ben Kingsley. Roteiro: Ronald Harwood. Música: Rachel Portman [s.i]: Tristar Pictures, Medusa Film, 2005. (125 min.), son., color. Legendado.

O GAROTO de bicicleta. Direção de Luc Dardenne, Jean-pierre Dardenne. Produção de Luc Dardenne, Jean-pierre Dardenne, Denis Freyd. Intérpretes: Cécile de France, Thomas Doret. Roteiro: Luc Dardenne, Jean-pierre Dardenne. [s.i]: Archipel 35, Les Films Du Fleuve Lucky Red, 2011. (87 min.), son., color. Legendado

IDA. Direção de Pawel Pawlikowski. Produção de Eric Abraham, Piotr Dzieciol, Ewa Puszczyńska. Intérpretes: Agata Kulesza, Agata Trzebuchowska, Dawid Ogrodnik. Roteiro: Rebecca Lenkiewicz,; Pawel Pawlikowski. Música: Kristian Eidnes Andersen. [s.i]: Zeta Filmes, 2013. (80 min.), son., P&B. Legendado.

ICEBOX. Direção de Daniel Sawka. Produção de Camille Cornuel. Intérpretes: Anthony Gonzalez. Roteiro: Daniel Sawka. [s.i]: Hbo, 2016. (86 min.), son., color. Legendado.

ADOÇÃO tardia. Realização Programa Jornalístico: Profissão Repórter. [s.i]: Globo, 2017. (36 min.), son., color. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6146915/programa/>>. Acesso em: 02 fev. 2019.

lista de figuras

Figura 01-Ilustração Caravela; Fonte: AGUIAR, José. A infância no Brasil. Curitiba: Quadrinhofilia, 2015. Disponível em: <<http://www.ainfanciadobrasil.com.br/release/>>

Figura 02- Ilustração Criança indígena fantasiada de anjo; Fonte: AGUIAR, José. A infância no Brasil. Curitiba: Quadrinhofilia, 2015. Disponível em: <<http://www.ainfanciadobrasil.com.br/release/>>

Figura 03- Ilustração recém nascido abandonado na roda dos expostos; Fonte: AGUIAR, José. A infância no Brasil. Curitiba: Quadrinhofilia, 2015. Disponível em: <<http://www.ainfanciadobrasil.com.br/release/>>

Figura 04- Ilustração criança negra; Fonte: AGUIAR, José. A infância no Brasil. Curitiba: Quadrinhofilia, 2015. Disponível em: <<http://www.ainfanciadobrasil.com.br/relea-se/>>

Figura 05- Ilustração criança em situação de rua; Fonte: AGUIAR, José. A infância no Brasil. Curitiba: Quadrinhofilia, 2015. Disponível em: <<http://www.ainfanciadobrasil.com.br/release/>>

Figura 06- Ilustração criança melancolia; Fonte: AGUIAR, José. A infância no Brasil. Curitiba: Quadrinhofilia, 2015. Disponível em: <<http://www.ainfanciadobrasil.com.br/release/>>

Figura 07- Perfil viário Rua Eurico Hostero (atualmente) Fonte: Produção própria, recurso disponível em:<<http://www.streetmix.net/>>

Figura 08- Proposta perfil viário plano diretor de Florianópolis; Fonte:< http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/04_02_2014_12.10.36.21ff0ca6faeeb4f45f8a91b-76d305cb5.pdf> recurso disponível em:<<http://www.streetmix.net/>>

Figura 09- Perspectiva explodida Casa lar Emaús; Fonte: Produção própria.

Figura 10- Planta baixa funcional Casa lar Emaús; Fonte: Produção própria.

Figura 11 - Foto externa Casa lar Emaús; Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 12- Foto terreno república; Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 13- Imagem externa do projeto Moradias Infantis; Fonte: ROSENBAUM; ZERO, Aleph. Moradias Infantis. 2017. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/>>

Figura 14/15/16- Ambiências do projeto Moradias Infantis; Fonte: ROSENBAUM; ZERO, Aleph. Moradias Infantis. 2017. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/879961/moradias-infantis-rosenbaum-r-plus-aleph-zero?ad_medium=gallery>. Acesso em: 24 mar. 2017.

Figura 17/18- Plantas baixas do projeto Moradias Infantis; Fonte: ROSENBAUM; ZERO, Aleph. Moradias Infantis. 2017. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/879961/moradias-infantis-rosenbaum-r-plus-aleph-zero?ad_medium=gallery>. Acesso em: 24 mar. 2017.

Figura 19- Corte do projeto Moradias Infantis; Fonte:ROSENBAUM; ZERO, Aleph. Moradias Infantis. 2017. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/879961/moradias-infantis-rosenbaum-r-plus-aleph-zero?ad_medium=gallery>. Acesso em: 24 mar. 2017.

Figura 20/21/22/23- Imagens externas do projeto Moradia para meninas orfãs; Fonte: ARCHITECTS, Zav. Moradia para Meninas Órfãs: ZAV Architects. 2018. Traduzido por Lis Moreira Cavalcante. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/890149/moradia-para-meninas-rfas-zav-architects>>. Acesso em: 24 mar. 2019.

Figura 24/25- Plantas baixas do projeto Moradia para meninas orfãs; Fonte: ARCHITECTS, Zav. Moradia para Meninas Órfãs: ZAV Architects. 2018. Traduzido por Lis Moreira Cavalcante. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/890149/moradia-para-meninas-rfas-zav-architects>>. Acesso em: 24 mar. 2019.

Figura 26- Corte do projeto Moradia para meninas orfãs; Fonte: ARCHITECTS, Zav. Moradia para Meninas Órfãs: ZAV Architects. 2018. Traduzido por Lis Moreira Cavalcante. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/890149/moradia-para-meninas-rfas-zav-architects>>. Acesso em: 24 mar. 2019.

lista de mapas

Mapa 01- Mapa do Brasil com destaque ao estado catarinense. Fonte: MIRANDA, E. E. de; (Coord.). Brasil em Relevo. Campinas: Embrapa Monitoramento por Satélite, 2005. Disponível em: <<http://www.relevobr.cnpm.embrapa.br>>. Acesso em: 24 Mar. 2019

Mapa 02- Mapa da ilha de Santa Catarina; Fonte: Google earth.

Mapa 03- Recorte de intervenção bairro Santa Mônica; Fonte: Google earth.

Mapa 04 - Município de Florianópolis zona insular e continental. Disponível em: <<http://planodiretorflorianopolis.webflow.io/>>. Acesso em: 24 de Mar.2019

Mapa 05/06- Localização do recorte na área central do município; Fonte: Google earth.

Mapa 07 - Raios de influência: Educação. Fonte: Produção própria.

Mapa 08 - Raios de influência: Saúde. Fonte: Produção própria.

Mapa 09 - Raios de influência: Equipamentos de esporte e cultura. Fonte: Produção própria.

Mapa 10 - Raios de influência: Praças e Parques. Fonte: Produção própria.

Mapa 11- Mapa de cheios e vazios; Fonte: Produção própria.

Mapa 12- Mapa de uso e ocupação da terra; Fonte: Produção própria.

Mapa 13- Mapa sistema viário; Fonte: Produção própria.

Mapa 14- Mapa hidrografia; Fonte: Produção própria.

Mapa 15/16/17- Mapa transporte público; Fonte: Produção própria.

Mapa 18- Mapa de localização dos terrenos de intervenção; Fonte: Produção própria.

Mapa 19- Perspectiva dos terrenos de intervenção; Fonte: Produção própria, recurso google earth.

Mapa 20- Mapeamento terrenos ociosos para intervenção. Fonte: Produção própria.

Mapa 21: Mapa com delimitação das zonas de interesse na construção da rede de apoio ao acolhimento infanto juvenil; Fonte: Produção própria.

lista de tabelas

Tabela 01- Quadro modalides de acolhimento no âmbito infanto juvenil; Fonte: CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. : Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. Brasília: 2009. 105 p. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/cnas/noticias/orientacoes_tecnicas_final.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2019.

Tabela 02- Critérios de avaliação terreno. Fonte: Produção própria.

Tabela 03- Pontuação dos terrenos sob análise. Fonte: Produção própria.

